



EDITAL

IMPORTANTE: O horário da sessão pública será ininterrupto das 08:30 às 16:30h

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO: 0826/2026</p> <p>Número para localização no compras.gov: 90826/2026</p> <p>TIPO: menor preço</p> <p>UASG 926277</p>	<p>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</p> <p>A partir das 08h30 horas do dia 23/06/2026</p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p>08h30 horas do dia 09/07/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
---	--

1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de **painéis, kits de extração e demais insumos para o Laboratório de Diagnóstico Molecular – LADIMOL**, para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1. O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 2.824.097,34 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, noventa e sete reais e trinta e quatro centavos)**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 3.1. Gestão/Unidade: Funsauúde 4760;
- 3.2. Fonte de Recursos: 500;
- 3.3. Programa de Trabalho: 8170;
- 3.4. Elemento de Despesa: 3390.30.35;

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

4.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

4.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Aline Pereira do Amaral Camargo e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 1481/2026 - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

E-mail: huop.licitacoes@unioeste.br

Telefones: 45 3321-5125, 3321-5486; 3321-5485

Whatsapp: informações sobre edital (pregoeiros) 45 3321-5125, sobre a Ata de Registro de Preço 45 3321-5370.

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.



O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 12:30h às 16:30 h.

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

5.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 03/07/2026), através do endereço eletrônico huop.licitacoes@unioeste.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

5.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

5.3.1. Os autos do processo licitatório estão disponíveis para os interessados no sistema E-Protocolo, acessível através do site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>.

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2. A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: item e lote

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), serão desclassificadas.”

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1. Quanto à licitação e cota exclusiva para ME/EPP:

5.1.1. Trâmites para assinatura

5.1.2. não se aplica

5.2. :

5.2.1. Quanto aos itens 35 e 40 e aos Lotes 4 e 6, embora seus valores estimados sejam inferiores ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, a adoção do tratamento diferenciado para ME/EPP não se mostra adequada ao caso concreto.

5.2.2. Tal entendimento fundamenta-se no histórico de contratações e procedimentos licitatórios anteriores, nos quais se verificou a inexistência de fornecedores enquadrados como ME/EPP aptos a atender às especificações técnicas exigidas para os materiais laboratoriais em questão. Em situações anteriores, a restrição da disputa resultou em itens fracassados ou desertos, comprometendo a efetividade do processo licitatório e a continuidade do abastecimento.

5.2.3. Dessa forma, a ampliação da competitividade por meio da participação de empresas de qualquer porte revela-se medida necessária para assegurar a obtenção de propostas válidas e garantir o atendimento do interesse público.

5.2.4. Também não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) prevista na legislação para aquisição de bens de natureza divisível. Embora os itens possam, em tese, ser considerados divisíveis, a divisão do fornecimento entre diferentes empresas poderá resultar na entrega de produtos de marcas, metodologias e especificações técnicas distintas.

5.2.5. Tal situação acarretaria dificuldades operacionais e assistenciais, incluindo a necessidade de validação de múltiplos métodos analíticos, elaboração de procedimentos específicos para cada fabricante, treinamentos



adicionais das equipes técnicas, aumento da complexidade dos processos de controle de qualidade e potencial impacto na padronização e rastreabilidade dos resultados laboratoriais.

5.2.6. Considerando a natureza dos materiais e a necessidade de uniformidade técnica dos processos laboratoriais, a divisão do objeto poderia comprometer a eficiência operacional, a segurança dos resultados emitidos e a qualidade dos serviços prestados aos pacientes.

5.2.7. Diante do exposto, e com fundamento nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, conclui-se pela não aplicação do tratamento diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como pela não adoção de reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por se tratar de medida que, no caso concreto, mostra-se potencialmente prejudicial à adequada execução contratual e à continuidade dos serviços laboratoriais prestados por esta Instituição.

6. AMOSTRA:

6.1. Conforme item 1.1.1 e 10.7.3 do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

7. GARANTIA:

7.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7.2. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8. CONSÓRCIO:

8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9. ANEXOS:

Anexo I - Termo de referência

Anexo II - Dos documentos

Anexo III - Modelo de proposta de preços

Anexo IV - Modelo de procuração

Anexo V - Declaração conjunta (obrigatória)

Anexo VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte

Anexo VII - Minuta do contrato de fornecimento

Anexo VIII - Modelo de ordem de compra ou instrumento equivalente



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. **A sessão pública para a fase de lances, julgamento e habilitação do presente Pregão Eletrônico será conduzida de forma contínua pelo(a) Pregoeiro(a), em dias úteis, no horário das 08:30 às 16:30h.**
- 1.5. **Não haverá suspensão dos trabalhos, interrupção do chat de mensagens ou pausa no sistema eletrônico para horário de almoço, operando a Administração de forma ininterrupta durante todo o período previsto no item anterior.**
- 1.6. **É de responsabilidade exclusiva da licitante acompanhar as mensagens, convocações e alertas emitidos pelo sistema digital durante todo o período de funcionamento da sessão, inclusive no intervalo do meio-dia, não sendo aceitas justificativas de ausência ou perda de prazos sistêmicos sob alegação de intervalo para refeição.**
- 1.7. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
- 1.7.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.8. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUF/PR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos Decreto Estadual n.º 4258 de 30 de novembro de 2023.
- 2.4. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.5. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
- 2.5.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.5.2. constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.5.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2.5.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.5.2;
- 2.5.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- 2.5.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



2.5.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.5.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.5.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.6. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.7. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.8. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2. Para todos os fins será considerado o descritivo constante no Anexo I deste edital.

3.1.3. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3. Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.3.2. Juntamente com a proposta **é obrigatório o envio de declaração** constando todas as informações dispostas no modelo do Anexo V deste edital.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5. O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2. Marca/modelo/referência;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- 4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.1.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.1.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,0% (um por cento).
- 5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores



da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.20. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.25.1. Na hipótese de aplicação dos critérios de desempate previstos nos incisos III (equidade entre homens e mulheres) ou IV (programa de integridade) do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, a empresa melhor classificada deverá comprovar a veracidade das declarações prestadas, mediante documentos que atestem as políticas de equidade e/ou a implementação do programa de integridade, conforme o caso, cuja apresentação será solicitada pelo(a) pregoeiro(a) juntamente com a proposta readequada, conforme previsto no subitem 5.27.2., sob pena de desclassificação, podendo sofrer as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.27.2. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, encaminhe a proposta adequada ao valor do último lance ofertado, após eventual negociação, acompanhada da documentação relativa ao item, quando aplicável, e dos documentos de habilitação, conforme exigido no edital.

5.28. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2. Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.



6.5. Poderá ser solicitado a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

6.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período, a partir de solicitação do licitante, via chat do sistema, desde que antes de finalizar o prazo previsto no item 6.5.

6.6. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.6.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.8. Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**

6.8.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.8.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.8.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.8.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

6.8.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.9. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III -), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Termo de referência (Anexo I -) até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF/PR) (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1. Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

8.1.2. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.3. As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.3.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.4. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.5. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - DECLARAÇÃO CONJUNTA

9. OS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.3. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.4. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.5. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Para a habilitação os interessados deverão estar com o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná CAUF/PR **completo**.

10.1.1. No caso previsto no item 10.1, a proponente terá **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a estar com o cadastro completo, **prorrogável** por igual período **mediante justificativa fundamentada** da empresa no chat do compras.gov e anuência da Administração quanto à concessão de novo prazo, contados a partir da convocação do pregoeiro, sob pena de, **se não o fizer, decadência do direito à habilitação**. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.

10.2. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.3. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

11.2. Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7. Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF/PR).

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.9. O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.



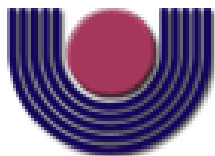
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP
Processo e-protocolo nº 25.296.004-0
Pregão eletrônico 0826/2026



Cascavel, 19 de junho de 2026.

Rafael Muniz de Oliveira
Diretor Geral e Ordenador de Despesas
Hospital Universitário do Oeste do Paraná

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

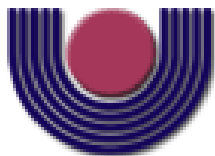
1. OBJETO

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Processo licitatório para contratação de empresa especializada para fornecimento de painéis, kits de extração e demais insumos para o Laboratório de Diagnóstico Molecular do HUOP – LADIMOL, conforme solicitação de compras nº 116.481 e especificações da planilha abaixo:

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VL. Máximo Edital	VL total edital	A/C/B
30	76784	Painel qPCR Arboviroses, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: Vírus da dengue tipo 1 (DENV-1), dengue tipo 2 (DENV-2), dengue tipo 3 (DENV-3), dengue tipo 4 (DENV-4), vírus Chikungunya (CHKV) e vírus ZIKA (ZIKAV), o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos e que possibilitem IDENTIFICAÇÃO E TIPAGEM DIFERENCIAL dos quatro tipos de vírus da dengue: Vírus da dengue tipo 1 (DENV-1), dengue tipo 2 (DENV-2), dengue tipo 3 (DENV-3), dengue tipo 4 (DENV-4), vírus Chikungunya (CHKV) e vírus ZIKA (ZIKAV). Os primers para os diferentes microrganismos devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção de todos os microrganismos dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 418500 Cód GMS: 6607.94332	un	1.000,0000	126,0500	126.050,0000	N/S/N
35	73758	Insumos para Isolamento de Ácidos Nucleicos, para recuperação de RNA e DNA em amostras de plasma, swabs, lavado bronco-alveolar, urina, liquor (LCR), meio de transporte viral (VTM) universal, saliva e sobrenadantes de cultura. Deve utilizar a tecnologia de isolamento manual com bead's magnéticas e ser compatível com as tecnologias PCR em tempo real, PCR digital e sequenciamento de última geração. Tempo para extração e purificação de 45±5 minutos. Volume de entrada de amostra de até 500 microlitros por extração, com eluição mínima de 50 microlitros de material purificado. O conjunto deve conter todos os materiais plásticos e insumos para extração e purificação da amostra, como tampão de pré-tratamento de amostra, tampão de lise, tampão de lavagem, tampão de eluição, RNA carrier, água estéril livre de RNase, proteinase K, beads revestidas, tubos de lavagem, tubos de coleta e tubos de armazenamento final de amostra (todos livres de endonucleases), suficientes para o número de extração especificados. Permite estocagem em temperatura ambiente, com exceção das enzimas ou RNA carrier. Acompanha 2 estantes para separação magnética, com corpo em metal ou plástico de alta resistência, com magnetos laterais e capacidade mínima de 12 tubos de 1,5 a 2,0 mL, que devem ser fornecidas junto ao	Det	600,0000	23,9800	14.388,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

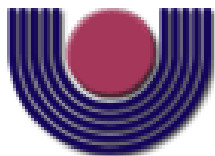


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



40	79191	primeiro pedido de compra. Cód BR: 442059 Cód GMS: 6607.52444 Kit padronizado para qPCR QUANTITATIVO para CITOMEGALOVÍRUS, com capacidade para determinação de carga viral para Citomegalovírus, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção quantitativa de ácido nucleico do patógeno descrito em amostras de Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para determinação quantitativa de Citomegalovírus; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix, tampões e água livre de endonucleases), controle interno de amplificação e de inibidores da reação de PCR; deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais do kit; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 346020 Cód GMS: 6607.34924	un	800,0000	52,7600	42.208,0000	N/S/N
41	79192	KIT MULTIPLEX qPCR MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS E MICOBACTERIAS NÃO TUBERCULOSAS, com capacidade para detecção separada do genoma de Mycobacterium tuberculosis complex e micobactérias não tuberculosas, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de Escarro, Lavado bronco-alveolar, Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos e que possibilitem identificação de Mycobacterium tuberculosis complex e de outras micobactérias não tuberculosas de forma diferenciada. Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix, tampões e água livre de endonucleases), controle interno de amplificação e de inibidores da reação de PCR; deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 347554 Cód GMS: 6607.54383	un	800,0000	132,6200	106.096,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



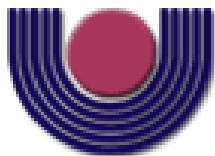
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 1 Valor edital: 1.481.760,0000

Item	Código Material	Un. Med.	Quantidade	VL Máximo Edital	VL total edital	A/C/B
1	73762 PAINEL qPCR VIROSES RESPIRATÓRIAS, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: Adenovírus humano, Enterovírus, Influenza A, Influenza B, Influenza A H1N1, Metapneumovírus, Rinovírus humano, Vírus sincicial respiratório A, Vírus sincicial respiratório B e SARS-CoV-2, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de esfregaços nasofaríngeos, orofaríngeos, nasais - nasal mid-turbinate (NMT) swabs e aspirado nasofaríngeo; amostras de lavagem broncoalveolar (BAL). Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para Adenovírus humano, Enterovírus, Influenza A, Influenza B, Influenza A H1N1, Metapneumovírus, Rinovírus humano, Vírus sincicial respiratório A, Vírus sincicial respiratório B e SARS-CoV-2. Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento Cód BR: 470793 Cód GMS: 6607.73425	Det	3.000,0000	168,9600	506.880,0000	N/S/N
2	73761 Insumos para qPCR para MENINGITES VIRAIS, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: Adenovírus humano, Citomegalovírus, vírus Epstein-Barr, vírus Herpes simplex 1 e 2, Herpes vírus humano 6 e 7, vírus Varicela-Zoster, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para Adenovírus humano, Citomegalovírus, vírus Epstein-Barr, vírus Herpes simplex 1 e 2, Herpes vírus humano 6 e 7, vírus Varicela-Zoster; Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 458540 Cód GMS: 6607.57386	Det	3.000,0000	122,7200	368.160,0000	N/S/N
3	73759 Insumos para qPCR para SEPSE, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: Acinetobacter baumannii, Klebsiella pneumoniae, Pseudomonas aeruginosa, Staphylococcus aureus e Escherichia coli, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase	Det	3.000,0000	64,5800	193.740,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



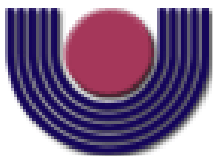
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de sangue. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para *Acinetobacter baumannii*, *Klebsiella pneumoniae*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*; Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por software interpretativo do equipamento. Cód BR: 458607 Cód GMS: 6607.73424

4	78807	Insumos para qPCR para MENINGITES BACTERIANAS, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: <i>Streptococcus pneumoniae</i> , <i>Neisseria meningitidis</i> , <i>Haemophilus influenzae</i> , <i>Streptococcus agalactiae</i> , <i>Listeria monocytogenes</i> , <i>Escherichia coli</i> o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para <i>Streptococcus pneumoniae</i> , <i>Neisseria meningitidis</i> , <i>Haemophilus influenzae</i> ; Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 458540 Cód GMS: 6607.90509	Det	3.000,0000	91,0600	273.180,0000	N/S/N
5	76782	Painel qPCR HIV, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: <i>Vírus da Imunodeficiência Humana</i> , o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para 02 (duas) regiões diferentes do genoma do HIV tipo 1 (HIV-1) e 01 (uma) região específica do HIV tipo 2 (HIV-2). Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o	un	1.500,0000	33,3800	50.070,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

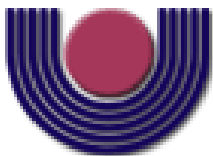


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



6	76783	uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 346019 Cód GMS: 6607.94330	un	1.500,0000	59,8200	89.730,0000	N/S/N
		PAINEL qPCR INFECÇÕES TRANSMISSÍVEIS 1 - HEPATITES VIRAIS E TOXOPLASMOSE, com capacidade para detecção específica de pelo menos os seguintes microrganismos: Hepatite viral tipo B, Hepatite viral tipo C, Toxoplasma gondii, o qual deve conter reagentes e controles para teste de reação em cadeia da polimerase em tempo real (qPCR), destinado à detecção qualitativa de ácido nucleico dos patógenos descritos em amostras de Soro, Plasma e LCR. Características mínimas e componentes: Ensaios que contêm pelo menos conjuntos de primers/sondas específicos para genomas de Hepatite viral tipo B, Hepatite viral tipo C e Toxoplasma gondii. Deve conter sonda para um gene humano como controle de extração. Todos os primers/sondas para os diferentes microrganismos e gene humano devem possuir temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR; Conter todos os insumos para a realização do teste (master mix e água livre de endonucleases), controles de extração com alvo gene humano, de amplificação e de inibidores da reação de PCR; O master mix deve ser do tipo one-step e deve conter a enzima Uracil-DNA Glicosilase (UDG), também conhecida como UNG, para prevenir a amplificação de amplicons remanescentes (contaminação de reações anteriores de PCR); deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais; deve ser compatível com o equipamento Applied Biosystems QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument, 96-well, 0.2-mL block; os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento. Cód BR: 479009 Cód GMS: 6607.94331					

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



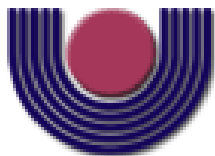
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 2 Valor edital: 429.290,0000

Item	Código Material	Un. Med.	Quantidade	VL. Máximo Edital	VL total edital	A/C/B
7	73757 Insumos para a extração e purificação de ácidos nucleicos (RNA ou DNA) por meio de tecnologia de esferas magnéticas, em amostras de soro, plasma, urina, líquido e swab em meio líquido ou suspensão em meio PBS, específico para utilização em equipamento de extração automatizado da Marca Loccus, modelo Extracta 32. O conjunto de insumos deve conter as placas de extração para 16 amostras, com esferas magnéticas, tampões de lise, lavagem e eluição previamente adicionados na placa e prontos para utilização, além dos demais consumíveis para completa extração e purificação das amostras. Os insumos devem ser compatíveis com o equipamento de extração e purificação modelo EXTRACTA 32, marca Loccus. Cód BR: 413928 Cód GMS: 6607.54425	Det	18.000,0000	20,6500	371.700,0000	N/S/N
8	76787 Insumos para a extração e purificação de ácidos nucleicos (RNA ou DNA) por meio de tecnologia de esferas magnéticas, em amostras de soro, plasma, urina, líquido e swab em meio líquido ou suspensão em meio PBS, específico para utilização em equipamento de extração automatizado da Marca Loccus, modelo Extracta 32. O conjunto de insumos deve conter as placas de extração para 08 amostras, com esferas magnéticas, tampões de lise, lavagem e eluição previamente adicionados na placa e prontos para utilização, além dos demais consumíveis para completa extração e purificação das amostras. Deve acompanhar 04 (quatro) suportes plásticos para adaptação das tiras no extrator. Os insumos devem ser compatíveis com o equipamento de extração e purificação modelo EXTRACTA 32, marca Loccus Cód BR: 442059 Cód GMS: 6601.92855	Det	2.000,0000	24,0400	48.080,0000	N/S/N
9	73725 Tiras protetoras para encapsulamento magnético (protetoras de haste), compatível com o equipamento de extração e purificação Extracta 32, marca Loccus, adequadas para a extração e purificação de ácidos nucleicos por beads magnéticas. A tira protege uma fileira de 8 hastes cada. As tiras devem ser compatíveis para uso no equipamento de extração e purificação modelo EXTRACTA 32, marca Loccus. Cód BR: 350748 Cód GMS: 6607.94686	un	1.000,0000	9,5100	9.510,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



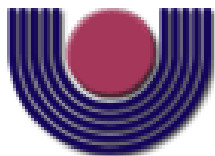
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 3 Valor edital: 231.018,5600

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VL. Máximo Edital	VL total edital	A/C/B
10	73730	Rack com 96 ponteiras. Ponteira com filtro, transparente de alta qualidade, estéril, capacidade de 0,1-10 microlitros, fabricado em polipropileno, com baixa retenção, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios. Produto deverá ser compatível com pipetas eletrônicas presentes neste lote. Cód BR:408696 Cód GMS: 6601.52973	un	600,0000	44,4400	26.664,0000	N/S/N
11	73729	Rack com 96 ponteiras. Ponteira com filtro, transparente de alta qualidade, estéril, capacidade de 0,5-20 microlitros, fabricado em polipropileno, com baixa retenção, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios. Produto deverá ser compatível com pipetas eletrônicas presentes neste lote. Cód BR: 434382 Cód GMS: 6601.64366	un	400,0000	44,8000	17.920,0000	N/S/N
12	76778	Rack com 96 ponteiras. Ponteira com filtro, transparente de alta qualidade, estéril, capacidade de 1-100 microlitros, fabricado em polipropileno, com baixa retenção, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios. Para aplicação em biologia molecular. Produto deverá ser compatível com pipetas eletrônicas presentes neste lote. Cód BR: 484139 Cód GMS: 6601.80349	un	600,0000	60,9800	36.588,0000	N/S/N
13	73731	Rack com 96 ponteiras. Ponteira com filtro, transparente de alta qualidade, estéril, capacidade de 2-200 microlitros, fabricado em polipropileno, com baixa retenção, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios. Produto deverá ser compatível com pipetas eletrônicas presentes neste lote. Cód BR: 455928 Cód GMS: 6601.52788	un	800,0000	46,6500	37.320,0000	N/S/N
14	73732	Rack com 96 ponteiras. Ponteira com filtro, transparente de alta qualidade, estéril, capacidade de 50-1000 microlitros. Fabricado em polipropileno, com baixa retenção, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios. Produto deverá ser compatível com pipetas eletrônicas presentes neste lote. Cód BR: 434424 Cód GMS: 6601.67848	un	400,0000	73,0300	29.212,0000	N/S/N
15	73742	Pipeta eletrônica monocal, capacidade de 0,5 a 10 microlitros, com seletor de funções de ação rápida e fácil manuseio, intuitivo, bateria recarregável e tempo de trabalho para até 8 horas sem recarregar, display com ângulo de fácil leitura em qualquer posição, tomada separada para recarregamento enquanto trabalha, parte inferior da pipeta pode ser autoclavada para descontaminação, menu de trabalho disponível em pelo menos português, inglês e espanhol, cone de ponteira para todas as pipetas até 1,000 µL com acoplamento sem esforço. Carregamento automático bivolt 110-220Volts/50-60Hz. Certificado de calibração no Brasil RBC válido para 12 meses, conforme TR (Documentação Técnica). O equipamento deverá ser recalibrado a cada 12 meses durante a vigência do contrato, sem custo adicional à contratante. Cód BR: 42148 Cód GMS: 6602.73415	un	3,0000	5.378,2900	16.134,8700	N/S/N
16	73743	Pipeta eletrônica monocal, capacidade de 20 a 200 microlitros, com seletor de funções de ação rápida e fácil manuseio, intuitivo, bateria recarregável e tempo de trabalho para até 8 horas sem recarregar, display com ângulo de fácil leitura em qualquer posição, tomada separada para recarregamento enquanto trabalha, parte inferior da pipeta pode ser autoclavada para descontaminação, menu de trabalho disponível em pelo menos português, inglês e espanhol, cone de ponteira para todas as pipetas até 1,000 µL com acoplamento sem esforço. Carregamento automático bivolt 110-220Volts/50-60Hz. Certificado de calibração no Brasil RBC válido para 12 meses, conforme TR (Documentação Técnica). O equipamento deverá ser recalibrado a cada 12 meses durante a vigência do contrato, sem custo adicional à contratante. Cód BR: 416315 Cód GMS: 6602.73416	un	3,0000	5.486,0400	16.458,1200	N/S/N
17	73744	Pipeta eletrônica monocal, capacidade de 5 a 100 microlitros, com seletor de funções de ação rápida e fácil manuseio, intuitivo, bateria recarregável e tempo de trabalho para até 8 horas sem recarregar, display com ângulo	un	3,0000	5.814,7200	17.444,1600	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

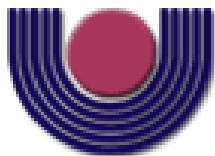


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



		de fácil leitura em qualquer posição, tomada separada para recarregamento enquanto trabalha, parte inferior da pipeta pode ser autoclavada para descontaminação, menu de trabalho disponível em pelo menos português, inglês e espanhol, cone de ponteira para todas as pipetas até 1,000 µL com acoplamento sem esforço. Carregamento automático bivolt 110-220Volts/50-60Hz. Certificado de calibração no Brasil RBC válido para 12 meses, conforme TR (Documentação Técnica). O equipamento deverá ser recalibrado a cada 12 meses durante a vigência do contrato, sem custo adicional à contratante. Cód BR: 433643 Cód GMS: 6602.73417					
18	76781	Pipeta eletrônica monocanal, capacidade de 50-1000 microlitros, com seletor de funções de ação rápida e fácil manuseio, intuitivo, bateria recarregável e tempo de trabalho para até 8 horas sem recarregar, display com ângulo de fácil leitura em qualquer posição, tomada separada para recarregamento enquanto trabalha, parte inferior da pipeta pode ser autoclavada para descontaminação, menu de trabalho disponível em pelo menos português, inglês e espanhol, cone de ponteira para todas as pipetas até 1,000 µL com acoplamento sem esforço Carregamento automático bivolt 110-220Volts/50-60Hz. Certificado de calibração no Brasil RBC válido para 12 meses, conforme TR (Documentação Técnica). O equipamento deverá ser recalibrado a cada 12 meses durante a vigência do contrato, sem custo adicional à contratante.Cód BR: 416314 Cód GMS: 6602.94329	un	3,0000	5.378,2900	16.134,8700	N/S/N
19	79190	Pipeta eletrônica monocanal, capacidade de 1 a 20 microlitros, com seletor de funções de ação rápida e fácil manuseio, intuitivo, bateria recarregável e tempo de trabalho para até 8 horas sem recarregar, display com ângulo de fácil leitura em qualquer posição, tomada separada para recarregamento enquanto trabalha, parte inferior da pipeta pode ser autoclavada para descontaminação, menu de trabalho disponível em pelo menos português, inglês e espanhol, cone de ponteira para todas as pipetas até 1,000 µL com acoplamento sem esforço. Carregamento automático bivolt 110-220Volts/50-60Hz. Certificado de calibração no Brasil RBC válido para 12 meses, conforme TR (Documentação Técnica). O equipamento deverá ser recalibrado a cada 12 meses durante a vigência do contrato, sem custo adicional à contratante. Cód BR: 453221 Cód GMS: 6602.112754	un	3,0000	5.714,1800	17.142,5400	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



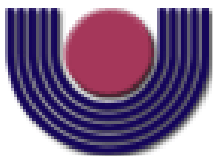
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 4 Valor edital: 38.027,7600

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	VI total edital	A/C/B
20	73741	Microtubo para centrifuga graduado, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios, transparente, com área fosca para identificação, tampa articulada de fácil abertura, fabricado em polipropileno de alta qualidade, capacidade de 1,5 mL, suporta centrifugação de até 20.000 XG; Baixa taxa de Ligação de DNA (low bind) e sem revestimento de superfície (por ex. silicone) para reduzir o risco de influência sobre a amostra. Cód BR: 450560 Cód GMS: 6601.42025	un	10.000,0000	0,5300	5.300,0000	N/S/N
21	76779	Microtubo para centrifuga graduado, autoclavável (121 °C/15 PSI/15 min.), livre de Dna/Dnase/Rnase e Pirogênios, transparente, com área fosca para identificação, tampa articulada de fácil abertura, fabricado em polipropileno de alta qualidade, capacidade de 0,5 mL, suporta centrifugação de até 20.000 XG; Baixa taxa de Ligação de DNA (low bind) e sem revestimento de superfície (por ex. silicone) para reduzir o risco de influência sobre a amostra. Cód BR: 428551 Cód GMS: 6601.39249	un	10.000,0000	0,5300	5.300,0000	N/S/N
22	73747	Tubos de centrifuga com base cônica, em polipropileno transparente, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, capacidade de 15 mL, graduado, autoclavável, livre de endonucleases (DNases e RDNases). Cód BR: 74970 Cód GMS: 6601.39256	un	2.000,0000	1,9800	3.960,0000	N/S/N
23	73748	Tubos fundo cônico e base plana autossustentável, em polipropileno transparente, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, capacidade de 10,0 mL, autoclavável, livre de endonucleases (DNases e R DNases). Cód BR: 414149 Cód GMS: 6601.50903	un	2.000,0000	0,7600	1.520,0000	N/S/N
24	73750	Criotubo (tubo criogênico) com capacidade para 2,0 mL, feito em polipropileno, fundo cônico e base plana autossustentável, com tampa de rosca interna, livre de pirogênios e endonucleases (DNases e RNases), graduado, compatível para armazenamento de amostras em criopreservação em nitrogênio líquido. Cód BR: 408188 Cód GMS: 6601.64373	un	6.000,0000	1,4200	8.520,0000	N/S/N
25	73752	Caixa para armazenagem de criotubos 2,0 mL em polipropileno com tampa e capacidade para 100 tubos. Cód BR: 450150 Cód GMS: 6602.73420	un	100,0000	25,8200	2.582,0000	N/S/N
26	73753	Rack dupla face em polipropileno autoclavável para tubos de 0,2 mL e 1,5 mL (capacidade mínima de 80 tubos). Cód BR: 410318 Cód GMS: 6602.71637	un	40,0000	20,2200	808,8000	N/S/N
27	73754	Estante plástica em polipropileno com 4 faces aproveitáveis (Acomoda 4 tubos de 50 ml, 12 tubos de 15 ml e 32 microtubos de 1,5 ml e 0,5 ml, nas diferentes faces), autoclavável, com possibilidade de encaixe entre estantes. Cód BR: 422211 Cód GMS: 6602.73422	un	40,0000	30,0400	1.201,6000	N/S/N
28	73755	Rack térmica (termoestável) em polipropileno, preenchida com gel ou outro material não tóxico, para análise de PCR, com capacidade de 24 a 30 tubos de 1,5 mL. Cód BR: 434961 Cód GMS: 6602.73421	un	8,0000	540,4200	4.323,3600	N/S/N
29	73756	Rack térmica (termoestável) em polipropileno, para análise de PCR, com capacidade de 96 tubos de 0,2 mL ou microplacas de 96 tubos 0,2 mL, com mudança de cor quando muda a temperatura. Cód BR: 419611 Cód GMS: 660.73423	un	8,0000	564,0000	4.512,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



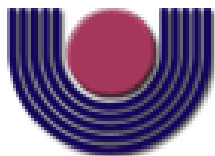
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 5 Valor edital: 287.345,0000

Item	Código Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	VI total edital	A/C/B
31	73736 Tubos para qPCR para bloco de 0,2 mL, compatível com termocicladores para tubos de 0,2 mL, alta transparência, com área fosca para identificação, tampa articulada de fácil abertura, com proteção contra evaporação, livres de inibidores de DNA, DNase, RNase e PCR. Deve ser compatível para uso em equipamento de qPCR – PCR em Tempo Real - Applied Biosystems QuantStudioTM 5 RealTime PCR System Instrument, 96-well, 0.2-mL block. Cód BR: 420861 Cód GMS: 6602.17999	un	2.000,0000	0,3900	780,0000	N/S/N
32	73737 Tiras com 8 tubos para qPCR para bloco de 0,2 mL, compatível com termocicladores QuantStudio™ 5 para tubos de 0,2 mL, alta transparência, ACOMPANHA tampa de vedação COM ALTA TRANSPARÊNCIA para qPCR, livres de inibidores de DNA, DNase, RNase e PCR. Deve ser compatível para uso em equipamento de qPCR – PCR em Tempo Real - Applied Biosystems QuantStudioTM 5 RealTime PCR System Instrument, 96-well, 0.2-mL block. Cód BR: 450193 Cód GMS: 6601.52470	un	750,0000	6,4600	4.845,0000	N/S/N
33	73739 Filme adesivo de vedação sensível à pressão, ultra-claro para PCR em tempo real (qPCR), livre de DNase, RNase e pirogênicos. Temperatura de trabalho entre 40 graus celcius negativos e 104 graus celcius positivo (-40°C a +104°C). Para placas de 96 poços. Deve ser compatível para uso em equipamento de qPCR – PCR em Tempo Real – Applied Biosystems QuantStudioTM 5 RealTime PCR System Instrument, 96-well, 0.2-mL block. Cód BR: 450619 Cód GMS: 6601.52469	un	4.000,0000	13,8100	55.240,0000	N/S/N
34	73751 Microplaca para qPCR para bloco de 0,2 mL, com 96 poços, para sistemas Fast PCR ABI, altamente transparente, suporte meia saia, com certificação PCR Performance Tested (livre de DNA, DNase / RNase e inibidores de PCR). Deve ser compatível para uso em equipamento de qPCR – PCR em Tempo Real - Applied Biosystems QuantStudioTM 5 RealTime PCR System Instrument, 96-well, 0.2-mL block. Cód BR: 463889 Cód GMS: 6601.73089	un	8.000,0000	28,3100	226.480,0000	N/S/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Lote: 6 Valor edital: 67.914,0200

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VL. Máximo Edital	VL total edital	A/C/B
36	73726	Álcool etílico absoluto 99,8%, PA, ACS - Sociedade Química Americana - ISO, grau biologia molecular, com ficha de dados de segurança do material (FSM) e ou Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ ou MSDS). Cód BR: 433509 Cód GMS: 6607.43207	l	6,0000	110,6700	664,0200	N/S/N
37	73734	Swab estéril com haste plástica quebrável e ponta de NAYLON para coleta de amostras virais em nasofaringe, livre de RNases e DNases. Cód BR: 435100 Cód GMS: 6601.19504	un	12.000,0000	1,7800	21.360,0000	N/S/N
38	73735	Meio de transporte viral (VTM) líquido, estéril, armazenamento e transporte em temperatura ambiente, compatível para preservação de amostras para coronavírus por até 48 horas em temperatura ambiente. Registrado pela ANVISA. Cód BR: 472713 Cód GMS: 6604.63742	un	7.000,0000	6,1300	42.910,0000	N/S/N
39	73740	RNase AWAY reagente para descontaminação de RNase, pronto para uso. Cód BR: 334524 Cód GMS: 6607.73352	ml	2.000,0000	1,4900	2.980,0000	N/S/N

4

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Observações do Lote 1

1. Cada painel deverá ser customizado e com estratégia multiplex, observando a efetividade de resultado de amplificação de alvos em amostras humanas, conforme descritivo. Os ensaios customizados devem garantir os quantitativos de testes, master mix, água livre de endonucleases, controles e calibradores suficientes, ou outros insumos se necessário. Os testes customizados devem conter master mix do tipo “one step”, que permite a realização de ensaios para RNA e DNA em único ciclo de qPCR; conter primers/sondas para os diferentes microrganismos possuindo temperaturas de anelamento iguais, permitindo amplificação e detecção de todos os microrganismos dentro de um único ciclo completo de qPCR, permitindo diferentes ensaios em uma mesma placa e ciclo de rotina da qPCR. Justifica-se que o HUOP é um hospital de referência regional, atendendo a uma população superior a 2 milhões de indivíduos. A necessidade de atendimento aos pacientes é variável e sazonal, possuindo como objetivo principal o diagnóstico com rapidez, permitindo um tratamento personalizado e mais assertivo, consequentemente refletindo em economicidade institucional e maior rodízio de leitos hospitalares. Para a garantia da agilidade em se determinar um diagnóstico de certeza quanto à possibilidade ou não de uma patologia em atividade, otimizando assim o emprego de recursos corretos de manutenção do paciente ou liberação de leitos, os insumos para os todos os microrganismos descritos nos painéis do Lote 1, devem possuir master mix one step e primers/sondas com temperaturas de anelamento semelhantes, permitindo ligação das sondas específicas, amplificação e detecção dentro de um único ciclo completo de qPCR. A presença de primers/sondas com temperaturas de anelamento diferentes exigiria a realização de dois ou mais protocolos de qPCR para a identificação de todos os alvos de interesse, inviabilizando o objetivo primordial do diagnóstico com rapidez e efetividade de tratamento com melhor economicidade. Rotinas diferentes para o qPCR dentro de cada item ou painel traz reflexos no maior consumo de insumos plásticos, horas de trabalho técnico para o diagnóstico, maior frequência de uso de antibióticos de amplo espectro, menor disponibilização de equipes para outras demandas, maior consumo de EPIs mais caros, entre outros custos envolvidos, sem mencionar logicamente a intervenção clínica mais bem direcionada junto ao paciente, cuja recuperação da saúde não tem como precificar. Essas características foram decididas em conjunto à SCIH, onde este serviço demonstrou que a realização dos exames com a rapidez adequada tem impactos extremamente relevantes para a organização de leitos e condução do tratamento clínico dos pacientes quando o resultado é positivo. Frente a resultados negativos, permite-se a imediata liberação de leitos bloqueados com pacientes suspeitos, consequentemente melhorando o acesso a outros pacientes que demandam internação.

2. Cada painel ou kit unitário de exames deve prever controles positivos para cada alvo, controles negativos de reação e controle de extração composto por sonda/primers que identificam como alvo um **gene humano**.

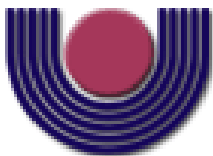
3. Os insumos devem permitir a realização de exames de um mesmo paciente de forma individualizada, ou seja, os insumos e consumíveis devem permitir a realização dos alvos solicitados para um mesmo paciente sem que sejam inviabilizados outros testes por falta de novas amostras. Esta condição visa garantir economicidade quando existirem poucas amostras a serem testadas, preservando a agilidade do diagnóstico.

4. O quantitativo de teste deve ser considerado para cada alvo em seu painel, ou seja, como múltiplo de testes quando forem dois ou mais alvos;

5. Com o objetivo de assegurar economicidade no processo licitatório, permite-se ao licitante que desejar atender o conjunto de lotes e outros itens, o fornecimento de controles de múltiplos alvos, desde que atendam todos os alvos descritos nos painéis customizados ou kits comerciais, bem como o quantitativo de exames somados dos testes descritos nos painéis/kits.

6. Os ensaios devem prever todos os insumos para a realização do quantitativo de testes: MASTER MIX completo (com ou sem ROX como referência passiva), pronto para uso e do tipo one step, que permite transcrição reversa e amplificação sequenciais, ÁGUA PURIFICADA LIVRE DE DNAses/RNAses e pirogênicos, inibidores da reação de PCR; deve ser escalonável, possibilitando o uso tanto em microplacas de 96 poços, 8-Strips ou tubos individuais, conforme demanda do HUOP.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



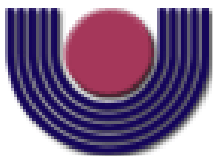
7. Os ensaios passarão por validação interna como parte da aceitação final dos testes, podendo ser o licitante desclassificado em data posterior à homologação da licitação. O processo de validação poderá ser acompanhado ou realizado pelo licitante em conjunto com a equipe técnica do laboratório, sem quaisquer ônus ao HUOP.

8. Os quantitativos de testes disponibilizados em edital são calculados conforme normas internas. A aquisição será realizada conforme quantitativo mínimo de testes oferecido para cada kit/customização, obedecendo os critérios de menor preço por teste.

9. Os insumos e consumíveis específicos oferecidos segundo as condições deste edital devem ser compatíveis com o equipamento de PCR em Tempo Real Marca *Applied Biosystems* Modelo *QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument*, 96-well, 0.2-mL block, de propriedade do HUOP sob Patrimônio N° 07009270, e os dados obtidos analisados e interpretados por Software Interpretativo do equipamento.

10. Caso o licitante opte por oferecer insumos não compatíveis com o equipamento de PCR em Tempo Real Marca *Applied Biosystems* Modelo *QuantStudio 5 RealTime PCR Instrument*, 96-well, 0.2-mL block, de propriedade do HUOP, é **OBRIGATÓRIO o fornecimento SEM QUAISQUER ÔNUS AO HUOP**: 01 (um) equipamento de qPCR com bloco de 96 poços e 0,2 mL (Condição NOVO, SEM USO, comprovado com nota fiscal de aquisição), instalação nas dependências do LADIMOL/HUOP, devidamente calibrado durante a vigência de sua utilização, até o consumo final dos reagentes adquiridos, manutenção preventiva ou corretiva quando necessária conforme preconizado pelo fabricante (admitir-se até 5 dias úteis após chamado técnico para manutenção corretiva), Computador e software interpretativo acoplado, nobreak adequado com capacidade de bateria que suporte pelo menos 2,5 horas de utilização ininterrupta de ciclagem, assistência técnica/científica durante a vigência contratual ou até esgotamento dos insumos adquiridos.

11. O fornecedor deverá apresentar material de referência/controle positivo de RNA sintético, não infeccioso e não replicativo, destinado ao uso em ensaio RT qPCR quantitativo customizado para HIV 1 e HIV 2 e alvo gene humano (DNA sintético), compatível com as regiões-alvo do método laboratorial fornecido. O material deverá possibilitar validação analítica, construção de curva padrão ou calibração equivalente, monitoramento das etapas de transcrição reversa e amplificação, e controle do desempenho do ensaio. Deverá ser fornecido com concentração conhecida e certificada (mínimo de 10^{11} cópias), instruções de armazenamento e estabilidade, certificado de análise por lote e, preferencialmente, rastreabilidade direta ou indireta a padrões internacionais reconhecidos para HIV 1 RNA e HIV 2 RNA. A quantidade fornecida deverá ser suficiente para a realização de controles de extração para o quantitativo de testes adquiridos. A exigência de fornecimento de RNA sintético para HIV 1 e HIV 2 (e DNA sintético para o alvo humano) decorre da necessidade técnico-científica de garantir desempenho, sensibilidade, repetibilidade, rastreabilidade e confiabilidade do ensaio quantitativo de RT qPCR in house. Controles e padrões de RNA/DNA são indispensáveis para verificar as etapas de extração/transcrição reversa/amplificação, apoiar a quantificação e minimizar resultados falso negativos. A inclusão específica de HIV 2 é necessária porque esse analito possui relevância diagnóstica e programática, inclusive em normativas e manuais nacionais, e apresenta particularidades analíticas descritas na literatura, com necessidade de avaliação específica e não intercambiável com controles de HIV 1. A rastreabilidade a padrões internacionais da OMS/NIBSC fortalece a padronização e a comparabilidade dos resultados.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Observações do Lote 2

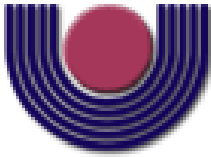
1. Os itens presentes no Lote 2 devem ser compatíveis para utilização com o Equipamento de Extração Automatizada de Ácidos Nucléicos da Marca Loccus, Modelo Extracta 32, de propriedade do HUOP sob Patrimônio N° 07009268, conforme necessidades previamente descritas.

2. Caso o licitante opte por oferecer insumos não compatíveis com o *Equipamento de Extração Automatizada de Ácidos Nucléicos da Marca Loccus, Modelo Extracta 32*, de propriedade do HUOP, é **OBRIGATÓRIO o fornecimento SEM QUAISQUER ÔNUS AO HUOP**: 01 (um) equipamento automatizado de extração de ácidos nucleicos com capacidade mínima de extração simultânea de 32 amostras em até 40 (quarenta) minutos, (Condição NOVO, SEM USO, comprovado com nota fiscal de aquisição), com volume mínimo de eluição do extraído de 50 (cinquenta) microlitros por amostra, instalação nas dependências do LADIMOL/HUOP, devidamente calibrado durante a vigência de sua utilização, até o consumo final dos reagentes adquiridos, manutenção preventiva ou corretiva quando necessária (admite-se até 5 dias úteis após chamado técnico) conforme preconizado pelo fabricante, nobreak adequado com capacidade de bateria que suporte pelo menos 2,5 horas de utilização ininterrupta de extração, assistência técnica/científica durante a vigência contratual ou até esgotamento dos insumos adquiridos.

Observações do Lote 3

1. Todos os materiais presentes neste lote deverão ser compatíveis entre si, não havendo necessidade de fornecimento de todos os itens da mesma marca.
2. Tendo em vista a validade do certificado de calibração inicial RBC (12 meses) para os itens 15, 16, 17, 18 e 19, deverão ser recalibradas conforme programação da contratante, sem ônus adicional.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



1.1.2. Classificação dos bens e serviços comuns:

1.1.2.1. Observa-se que o(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

1.1.3. Da padronização

1.1.3.1. Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.1.4. Memória de cálculo:

1.1.4.1. Os quantitativos dos materiais/serviços solicitados foram elaborados baseados nas médias de uso destes no período dos último 12 (doze) meses. Para esse processo foi considerado a reserva técnica indicada no POP - Metodologia para a previsão de compras -HUOP-POP-GERAL4-A, para um período de 12 (doze) meses.

1.1.4.2. Além disso, foram adicionados 25% (vinte e cinco por cento) nos valores numéricos estimados, objetivando a cobertura de possíveis oscilações, sem risco de ocorrência de desabastecimento de insumos e reagentes para o serviço de caráter contínuo laboratorial, devido à sazonalidade e crescente demanda presenciada nos anos anteriores.

1.1.4.3. Por fim, tendo em vista a vigência do futuro contrato, os quantitativos foram multiplicados por 2 (dois) anos.

1.1.5. Estimativa do valor da contratação (art. 15, VI, Dec. 10.086/22)

1.1.5.1. Para estimar o valor total da contratação foi realizada pesquisa de preços em produtos historicamente adquiridos pelo HUOP nos últimos meses/anos. Os dados foram extraídos do sistema de gerenciamento hospitalar Tasy®.

1.1.6. Critério de aceitabilidade de preços utilizado:

1.1.6.1. Soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote.

1.1.7. Proposta parcial:

1.1.7.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais laboratoriais diversos utilizados na execução dos exames no Laboratório de Diagnóstico Molecular em atendimento à pedidos médicos de rotina e exames de urgências, prescritos pela equipe médica do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

O Hospital Universitário do Oeste do Paraná atende os municípios da macrorregião, que compreende a 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 20ª Regional de Saúde, com a prestação de serviços altamente especializados como neurocirurgia, neurologia, nefrologia, buco-maxilo-facial, plástica, genética, hemodinâmica, dentre outros. Os especialistas da categoria estão aptos para tratar casos que não podem ser atendidos na atenção primária ou na média complexidade da atenção especializada, por serem mais singulares ou complexos. Há ainda assistência a cirurgias reparadoras, processos de reprodução assistida, distúrbios genéticos e hereditários, entre outros tipos de cuidados para processos menos corriqueiros.



Também, no ano de 2024 deu-se início à realização de cirurgias eletivas, as quais não eram realizadas desde o início de 2020, período prévio à pandemia COVID-19, onde houve uma ruptura na realização destes procedimentos.

O objetivo principal desse nível de atenção à saúde é garantir que sejam realizados procedimentos para a manutenção dos sinais vitais e assim, preservação da vida, com atuação de médicos especialistas nas diversas áreas médicas.

Testes moleculares realizados pela metodologia de amplificação genômica de ácidos nucleicos por meio de reação da polimerase em cadeia (PCR) convencional ou suas variações, como a PCR em tempo real, são consideradas como “padrão ouro” para diagnóstico de diversas patologias humanas, bem como a identificação de microrganismos e suas mutações.

Por ser altamente específica e sensível, estas técnicas proporcionam a elucidação de processos patológicos de forma muito mais rápida e assertiva quando comparadas à diversas outras metodologias laboratoriais.

O diagnóstico rápido, além de direcionar para a correta escolha de tratamento, com a possibilidade de recuperação mais rápida da saúde do paciente, impacta fortemente na economicidade de recursos, diminuindo o tempo de internação, uso de medicamentos de ação ampla e de alto custo, entre outros.

Os testes são realizados com uma extração de RNA ou DNA em amostras biológicas (extração manual ou automatizada), que são submetidos à amplificação genômica com sondas específicas para cada patógeno (*primers*), e são revelados por meio de eletroforese em gel de agarose ou, no caso de PCR em tempo real, analisados pelo software do equipamento, indicando a presença ou ausência do microrganismo na amostra analisada.

Estes testes podem fazer parte de um kit, o qual contém os reagentes para a realização dos controles internos positivos e negativos, de extração, bem como podem ser realizados internamente (metodologia *in house*), por meio da aquisição dos *primers* específicos e mix de reações, conforme protocolos prontos ou padronizados pelo próprio laboratório.

O Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário realizou 1.328.879 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e setenta e nove) exames durante os últimos 12 (doze) meses, conforme demonstrado no **Anexo 1**.

Para a descrição da necessidade de contratação e/ou aquisição dos itens que formam o Objeto deste ETP, serão classificados de acordo com sua utilização/finalidade:

PAINEL qPCR HIV

O HUOP é referência em atendimento de alta complexidade em diversas áreas da medicina. Entre elas, gestação de alto risco, neurologia e infectologia.

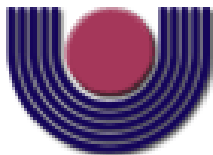
Considerando a livre demanda obstétrica e as gestações de alto risco, o hospital recebe gestantes muitas vezes sem o diagnóstico pré-natal para HIV. Quando o resultado do teste rápido é positivo é necessária, obrigatoriamente, a confirmação por meio de testes mais sensíveis e específicos, tanto para a gestante quanto para recém-nascido.

A infecção pelo HIV pode ser diagnosticada por meio da detecção direta de componentes do vírus, como o antígeno p24, ou com testes moleculares (TM) que detectam RNA ou DNA pró-viral. A detecção do antígeno p24 do HIV-1, de RNA ou DNA, desempenha um papel importante quando a detecção de anticorpos não é possível. Esses testes são especialmente úteis para o diagnóstico em crianças com idade inferior a 18 meses e na infecção aguda em adultos (CDC, 2014; BUTTÓ et al., 2010; GUARNER, 2017; BOTTONE; BARTLETT, 2017). É importante ressaltar que a maioria das pessoas com infecção aguda apresenta carga viral elevada e, consequentemente, maior risco de transmitir a infecção aos seus parceiros, com sorologia frequentemente apresentando resultados falso negativos nesta fase devido à janela imunológica maior quando comparada com testes moleculares (CDC, 2014).

Outra aplicação importante para os TM é o diagnóstico precoce da infecção pelo HIV em crianças com exposição perinatal. Crianças nascidas de mães soropositivas adquirem anticorpos anti-HIV passivamente e, dessa forma, ensaios baseados em anticorpos não podem ser utilizados para confirmar ou descartar a infecção pelo HIV em crianças com idade inferior a 18 meses (GUARNER, 2017; CELLETTI; SHERMAN; MAZANDERANI, 2017). VIDE MANUAL TÉCNICO PARA DIAGNÓSTICO DO HIV EM ADULTOS E CRIANÇAS. (Ministério da Saúde, 4ª edição, 2018).

E ainda, por ser referência em infectologia, o HUOP realiza a triagem e diagnóstico de pacientes soropositivos para HIV, que posteriormente são encaminhados para o Centro Especializado De Doenças Infecto-Parasitárias - CEDIP para tratamento e acompanhamento. O diagnóstico precoce permite que o tratamento antirretroviral seja iniciado o mais rápido possível e pode retardar a progressão da infecção pelo HIV para a AIDS, melhorar a qualidade de vida e aumentar a sobrevida dos pacientes, além de que pessoas

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



diagnosticadas com HIV e em tratamento eficaz têm uma carga viral indetectável, o que reduz significativamente o risco de transmissão do vírus. Isso é essencial para controlar a disseminação do HIV na comunidade e reduzir custos relacionados.

No HUOP, quando há algum acidente com material biológico por parte dos profissionais, é realizada uma Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, e são prescritos, para o paciente fonte, como rotina, testes rápidos para as principais infecções sorológicas, incluindo HIV, que são realizados sob consentimento do paciente ou responsável. Esses exames proporcionam o direcionamento para um monitoramento e tratamento eficaz do profissional acidentado. Nesses casos, um diagnóstico preciso da infecção por HIV é essencial, visto que muitas vezes, o paciente pode estar em um período de janela imunológica, em que o vírus não é detectado pelos testes habituais.

O teste por PCR pode detectar o HIV mais cedo do que os testes convencionais de anticorpos, permitindo o início imediato do tratamento antirretroviral, e ainda é altamente sensível e específico na detecção do material genético do HIV, mesmo em estágios iniciais da infecção, quando os níveis de vírus no sangue são baixos. Isso permite um diagnóstico precoce e preciso, o que é crucial para o controle da progressão da infecção, redução da transmissão do vírus e melhoria dos resultados clínicos dos pacientes.

PAINEL qPCR HEPATITES VIRAIS E TOXOPLASMOSE

O HUOP é referência em obstetria, tendo uma alta demanda no que diz respeito à atendimentos ambulatoriais, pré-natal, internamentos e demais ocorrências hospitalares, tanto para a mãe, quanto para o bebê. A detecção de doenças no pré-natal é essencial para uma gestação segura. Alguns testes incluídos nessa rotina de exames objetivam a identificação de hepatites B (VHB) e C (VHC) e Toxoplasmose.

A toxoplasmose é uma infecção causada pelo parasita *Toxoplasma gondii*, que pode ser transmitida da mãe para o feto durante a gravidez. Isso pode resultar em complicações graves para o feto, incluindo malformações congênitas, retardo no crescimento intrauterino, problemas neurológicos e danos oculares. O diagnóstico precoce da toxoplasmose em gestantes permite o início imediato do tratamento, caso a infecção seja detectada. O tratamento precoce pode ajudar a reduzir o risco de transmissão do parasita para o feto e minimizar as complicações associadas à infecção congênita.

Com relação às hepatites virais, as gestantes infectadas pelo vírus da hepatite B ou C podem transmitir o vírus para seus bebês durante a gravidez, o parto ou através da amamentação. Dessa forma, o diagnóstico precoce permite tomar medidas para prevenir a transmissão vertical. E ainda, a identificação precoce da hepatite B e C em gestantes permite prevenir complicações associadas à infecção. O tratamento adequado pode ajudar a reduzir o risco de doença hepática crônica, cirrose, câncer de fígado e outras complicações graves. Identificar indivíduos infectados com hepatite B e C por meio da PCR permite implementar medidas para prevenir a transmissão, como aconselhamento sobre práticas seguras e vacinação contra hepatite B para contatos suscetíveis. Permite ainda a distinção entre infecções agudas e crônicas pelo vírus, importante para determinar a fase da infecção e orientar o tratamento apropriado.

A PCR é altamente sensível e específica na detecção do material genético dos vírus da hepatite B e C, e para antígenos do parasita *Toxoplasma gondii*, permitindo um diagnóstico preciso, mesmo em estágios iniciais da infecção, quando os níveis no sangue podem ser baixos.

O elevado atendimento obstétrico do HUOP, associado ao demais atendimentos de alta complexidade em várias especialidades médicas, leva à necessidade de implantação de testes mais eficazes, como a detecção molecular do vírus da Hepatite B e C e toxoplasmose em gestantes e recém-nascidos, e na população em geral.

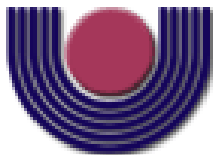
PAINEL qPCR ARBOVIROES E TUBERCULOSE

As arboviroses são doenças virais transmitidas por artrópodes, como mosquitos e carrapatos. As mais conhecidas incluem a dengue, a febre chikungunya e o vírus Zika. Entre outros motivos que incluem clima e sazonalidade, e por ser uma região de fronteira com o Paraguai e Argentina, há elevada incidência de arboviroses na nossa região. Embora não existam tratamentos específicos, o diagnóstico precoce permite medidas de suporte e manejo dos sintomas, e ainda a identificação de casos graves que requerem atenção médica especializada.

A tuberculose é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*. Ela afeta principalmente os pulmões, mas também pode afetar outras partes do corpo, como os rins, ossos e sistema nervoso. É transmitida através de gotículas expelidas por pessoas infectadas.

O tratamento da tuberculose é longo e envolve o uso de antibióticos específicos por vários meses. Quanto mais cedo a doença for diagnosticada, mais cedo o tratamento pode ser iniciado, o que aumenta as chances de sucesso e reduz o risco de complicações e disseminação da doença para outras pessoas.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



O HUOP recebe diversos pacientes com suspeita desses tipos de agentes patológicos. Atualmente, as solicitações de exames são encaminhadas ao Laboratório Central do Estado do Paraná (LACEN-PR), que por ter caráter de investigação epidemiológica, são realiza estes ensaios em rotinas pré-estabelecidas e frequentemente têm seus resultados liberados com média de 10 dias após envio. Para o paciente, esta demora é extremamente prejudicial à correta abordagem terapêutica.

E ainda, para a detecção de tuberculose no HUOP são solicitados os exames de coloração de Ziehl Neelsen para identificação de Bacilos Álcool Ácido Resistentes – BAAR e cultura para BAAR. A identificação por coloração exige uma análise minuciosa das lâminas, que muitas vezes, estando o agente em poucas quantidades, pode passar despercebida. Sendo assim, a cultura para BAAR complementa esse exame, porém, a colônia de *Mycobacterium tuberculosis* leva, em média, 50 dias para se desenvolver, o que atrasa muito o diagnóstico da doença.

A execução dos exames realizados internamente no Laboratório de Diagnóstico Molecular do HUOP – LADIMOL traz resultados em até 24 horas após solicitado, otimizando recursos de tratamento, tempo de internação e recuperação dos pacientes infectados, tanto por arboviroses, quanto pela tuberculose.

PAINEL qPCR VIROSES RESPIRATÓRIAS, MENINGITES VIRAIS E INFECÇÕES VIRAIS

Por se tratar de infecções altamente contagiosas, portanto, de rápida disseminação, a detecção precoce das viroses é essencial em um hospital.

Os testes convencionais para detecção das viroses, na maioria das vezes detectam apenas os anticorpos antivirais, produzidos pelo organismo geralmente após dias ou semanas da infecção. E ainda, alguns destes patógenos não são detectados por exames precisos e específicos, e o diagnóstico é baseado nos exames laboratoriais e aspectos clínicos. Essa imprecisão pode direcionar a equipe clínica à diagnósticos equivocados, o que é prejudicial para o paciente e para todo o hospital, visto que possivelmente haverá disseminação da infecção não tratada corretamente e gastos adicionais com medicação e demais cuidados incorretos.

Nesse contexto, o teste de PCR é altamente sensível e específico na detecção do material genético dos vírus, permitindo um diagnóstico preciso e rápido das infecções. A detecção por PCR é uma ferramenta valiosa no controle de infecções hospitalares, permitindo identificar rapidamente pacientes infectados e direcionar para o tratamento adequado e permitir a implementação de medidas de controle.

PAINEL qPCR SEPSE

A sepse é uma resposta sistêmica do organismo a uma infecção grave, ocorre quando substâncias químicas liberadas na corrente sanguínea para combater uma infecção desencadeiam uma inflamação em todo o corpo. Isso pode causar uma série de alterações que danificam diversos sistemas de órgãos, levando-os a falhar e, às vezes, resultando em morte. Por esse motivo, a rápida identificação do microrganismo causador da sepse é crucial para iniciar o tratamento adequado e salvar vidas.

A sepse geralmente é diagnosticada pelo exame de hemocultura, o qual detecta a presença de microrganismos, como bactérias e fungos, no sangue do paciente. Se houver crescimento microbiano, a bactéria ou fungo ainda precisarão ser cultivados em meios específicos para sua identificação. Por esse motivo, o resultado final de uma hemocultura pode levar até 7 dias ou mais para ser obtido.

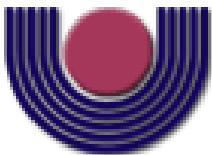
O diagnóstico rápido via testes moleculares permite a detecção precoce de agentes infecciosos no sangue ou em outros fluidos corporais, auxiliando na identificação precisa do microrganismo causador da infecção. Isso possibilita a administração imediata de antibioticoterapia direcionada, adequada ao agente infeccioso específico, e a implementação de outras intervenções terapêuticas, como suporte hemodinâmico e controle da fonte de infecção.

Além disso, o diagnóstico rápido por PCR de sepse contribui para a redução do uso indiscriminado de antibióticos e a minimização do desenvolvimento de resistência bacteriana. Também auxilia na otimização do uso de recursos hospitalares, como leitos de UTI e equipamentos de suporte à vida, ao permitir uma gestão mais eficiente dos pacientes com sepse.

PAINEL qPCR MENINGITES BACTERIANAS

As meningites bacterianas representam um importante desafio à saúde pública, devido a sua expressiva morbidade e mortalidade. Três bactérias são responsáveis por cerca de 90% dos casos de meningites, sendo elas: *Neisseria meningitidis*, *Haemophilus influenzae* tipo b e *Streptococcus pneumoniae*. A detecção específica do agente responsável pela doença é fundamental devido aos avanços vacinais contra essas infecções. Entre outras bactérias, se destacam também *Mycobacterium tuberculosis*, *Streptococcus sp.*, especialmente os do grupo B; *Listeria monocytogenes*, *Streptococcus agalactiae*, *Escherichia coli*,

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Staphylococcus aureus, *Pseudomonas aeruginosa*, *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter sp*, *Salmonella sp.* e *Proteus sp*.

A meningite bacteriana é uma infecção severa do sistema nervoso central (SNC) e constitui uma das principais emergências médicas. A meningite consiste basicamente na inflamação das meninges e pode ser causada por agentes virais, fungos ou bactérias. A infecção ocorre dentro do espaço subaracnóideo, e os sintomas mais comuns incluem cefaleia, vômitos, febre, rigidez de nuca, sonolência e enjoos. Devido à gravidade dos casos, o diagnóstico precoce é fundamental para o tratamento, a fim de evitar sequelas neurológicas e, nos casos mais graves, evolução ao óbito do paciente.

O diagnóstico das meningites fundamenta-se na análise do líquido cefalorraquidiano (LCR), utilizando técnicas como cultura e bacterioscopia, além de outros exames complementares. A execução cuidadosa da sementeira em meios de cultura específicos, juntamente com a precisão da bacterioscopia, desempenha um papel crucial no diagnóstico e tratamento da meningite, permitindo a identificação do agente patogênico. Portanto, é de suma importância esclarecer o procedimento correto a ser seguido, visando obter resultados seguros e precisos. Em busca de aprimoramentos, o diagnóstico molecular tem sido desenvolvido para superar as limitações desses métodos convencionais, almejando aumentar a sensibilidade e especificidade na detecção das meningites.

Com relação aos painéis/kits para diagnóstico molecular de meningites bacterianas, é consenso mundial a vantagem em relação aos métodos tradicionais não moleculares, uma vez que sua resolutividade em termos de rapidez e assertividade diagnóstica possibilita o tratamento mais adequado, promovendo a recuperação mais rápida do paciente.

O desfecho geral traduz-se em economicidade ao sistema público, com menor tempo de internação, possibilidade de utilização de medicações específicas, portanto, evitando-se a utilização de drogas de amplo espectro e normalmente de custo elevado. Tem-se ainda a preservação do fator tempo e força de trabalho de servidores envolvidos com o cuidado direto do paciente, com a possibilidade de diagnóstico diretamente da amostra coletada, economizando etapas de alto custo, como culturas automatizadas de microrganismos, antibiograma, entre outros.

O LADIMOL, realiza atualmente testes para detecção dos principais patógenos causadores de meningite bacteriana, sendo eles *Streptococcus pneumoniae*, *Haemophilus influenzae* e *Neisseria meningitidis*. Entretanto, de acordo com o Memorando 068/2023 (**Anexo 2 do ETP**) que considera o aumento no número de casos suspeitos e positivos para meningites no HUOP, e levando em conta que essa forma de diagnóstico molecular proporcionou uma ação mais rápida e direcionada para o tratamento e considerando ainda que *Streptococcus agalactiae*, *Escherichia coli* e *Listeria monocytogenes* são agentes causadores comuns de meningite na população neonatal, além deste último também ser comum em idosos e imunossuprimidos, ficou estabelecida pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar - SCIH a necessidade de aquisição de kits/painéis para detecção dos patógenos acima citados.

Com este discorrimento, vê-se de forma sucinta e refletiva, a necessidade do Objeto avaliado. Destarte, diante do exposto, faz-se a ação de proposição de realização de processo licitatório para atendimento do Objeto ora discutido neste corpo documental.

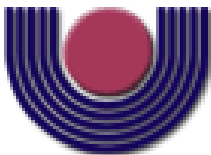
3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO/OBJETO

3.1. O objeto será licitado por item e por lote de acordo com a justificativa abaixo.

3.1.1. Para aquisição dos itens que compõem este Objeto, faz-se necessária formação de lotes, visando o atendimento da demanda do Laboratório de Análises Clínicas, sem que haja desabastecimento por falta de insumos essenciais. A necessidade de formação de lotes para aquisição deste Objeto se dá devido à:

- a) Demanda Crescente: o Hospital Universitário do Oeste do Paraná tem experimentado um aumento constante na demanda nos últimos meses devido ao crescimento exponencial da base de pacientes atendidos por este nosocômio. A formação de um lote de aquisição permitirá que estejamos preparados para atender a essa demanda crescente de forma eficaz, sem que haja escassez dos insumos necessários. A disponibilidade constante de materiais laboratoriais é essencial para garantir a continuidade operacional do laboratório.
- b) Economia de Custos: A formação de um lote de aquisição geralmente proporciona uma oportunidade de economia de custos, uma vez que permite negociar preços vantajosos com fornecedores, otimizar o transporte e minimizar os custos de frete associados a compras frequentes.
- c) Garantia de Qualidade e Precisão: A qualidade dos materiais é crucial para a precisão dos exames laboratoriais. Ao garantir um fornecimento estável desses materiais, contribuiremos diretamente para a qualidade e precisão dos serviços que oferecemos aos pacientes.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



- d) Redução do Risco de Interrupções: Com a formação de um lote de aquisição, podemos reduzir significativamente o risco de interrupções na cadeia de suprimentos, seja devido a problemas de fabricação, problemas de logística ou outros fatores imprevistos.

Os itens serão licitados por lotes, formados por itens semelhantes ou da mesma família, utilizados para coleta e processamento das amostras coletadas no HUOP.

Os lotes serão formados conforme descrito abaixo:

Lote 1 – 73762, 73761, 73759, 78807, 76782, 76783;

Lote 2 – 73757, 76787, 73725;

Lote 3 – 73730, 73729, 76778, 73731, 73732, 73742, 73743, 73744, 76781, 79190;

Lote 4 – 73741, 76779, 73747, 73748, 73750, 73752, 73753, 73754, 73755, 73756;

Lote 5 – 73736, 73737, 73739, 73751;

Lote 6 – 73726, 73734, 73735, 73740;

Desta maneira, será promovida a ampla participação de licitantes que se enquadrem nas exigências de habilitação, não havendo prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala.

4. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006 (cota 25%):

4.1. Em relação aos itens 30 e 40 e aos Lotes 1, 2, 3 e 5, considerando que os respectivos valores estimados superam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não se aplica a obrigatoriedade de participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

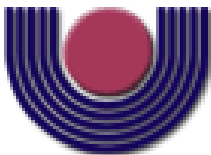
Adicionalmente, os referidos itens e lotes compreendem insumos laboratoriais essenciais à continuidade dos serviços prestados por esta Instituição, sendo utilizados em elevado volume e possuindo representatividade financeira significativa. Nesse contexto, a adoção da ampla concorrência mostra-se mais vantajosa à Administração, uma vez que amplia o universo de participantes, favorece a competitividade e potencializa a obtenção de propostas mais vantajosas, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que eventual restrição da competitividade poderá aumentar o risco de fracasso ou deserção do certame, comprometendo o abastecimento dos insumos necessários à realização dos exames laboratoriais. Tal situação poderia ensejar contratações emergenciais ou procedimentos excepcionais de aquisição, com potenciais prejuízos operacionais e financeiros à Instituição.

4.2. Quanto aos itens 35 e 40 e aos Lotes 4 e 6, embora seus valores estimados sejam inferiores ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, a adoção do tratamento diferenciado para ME/EPP não se mostra adequada ao caso concreto.

Tal entendimento fundamenta-se no histórico de contratações e procedimentos licitatórios anteriores, nos quais se verificou a inexistência de fornecedores enquadrados como ME/EPP aptos a atender às especificações técnicas exigidas para os materiais laboratoriais em questão. Em situações anteriores, a restrição da disputa resultou em itens fracassados ou desertos, comprometendo a efetividade do processo licitatório e a continuidade do abastecimento.

Dessa forma, a ampliação da competitividade por meio da participação de empresas de qualquer porte revela-se medida necessária para assegurar a obtenção de propostas válidas e garantir o atendimento do interesse público.



4.3. Também não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) prevista na legislação para aquisição de bens de natureza divisível. Embora os itens possam, em tese, ser considerados divisíveis, a divisão do fornecimento entre diferentes empresas poderá resultar na entrega de produtos de marcas, metodologias e especificações técnicas distintas.

Tal situação acarretaria dificuldades operacionais e assistenciais, incluindo a necessidade de validação de múltiplos métodos analíticos, elaboração de procedimentos específicos para cada fabricante, treinamentos adicionais das equipes técnicas, aumento da complexidade dos processos de controle de qualidade e potencial impacto na padronização e rastreabilidade dos resultados laboratoriais.

Considerando a natureza dos materiais e a necessidade de uniformidade técnica dos processos laboratoriais, a divisão do objeto poderia comprometer a eficiência operacional, a segurança dos resultados emitidos e a qualidade dos serviços prestados aos pacientes.

4.4. Diante do exposto, e com fundamento nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, conclui-se pela não aplicação do tratamento diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como pela não adoção de reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por se tratar de medida que, no caso concreto, mostra-se potencialmente prejudicial à adequada execução contratual e à continuidade dos serviços laboratoriais prestados por esta Instituição.

5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotes.

5.2. O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no e-protocolo.

5.3. As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) constam no Apêndice I do Termo de Referência.

5. SUSTENTABILIDADE

5.3. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

6.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (pbbs), éteres difenil-polibromados (pbdes).

6.1.5. Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. Prazo de entrega/realização do serviço: Conforme item 8.

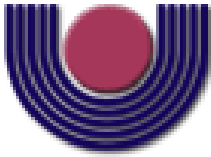
7.2. Horário de entrega do produto/ realização do serviço: Conforme item 8.

7.3. Condições de entrega do produto/serviço: Conforme item 8.

7.4. Prazo de validade do produto: Conforme item 8.3.

7.5. Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: Conforme item 15.

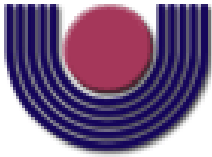
7.6. Garantia do produto/serviço: Conforme item 9.1.15.



- 7.7. Manutenção e à assistência técnica: Conforme item 9.
- 7.8. Capacitação: Conforme item 9.1.14.
- 7.8.1. Forma de contratação: licitação.
- 7.8.2. Modalidade de licitação: pregão.
- 7.8.3. Critério de julgamento: menor preço.
- 7.8.4. Abrangência: nacional.
- 7.8.5. Modo de disputa: aberto.
- 7.8.6. Parcelamento ou não da solução: O objeto será parcelado em lotes.
- 7.8.7. Instrumento de contratação: contrato.
- 7.8.8. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 1%.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecimento será com entregas parceladas conforme demanda do contratante, o qual deverá emitir ordem de compra para solicitação de entrega dos materiais.
- 8.2. O prazo máximo de entrega dos bens será conforme descrito abaixo:
 - 8.2.1. Itens 30, 35, 40 e 41 (cód. TASY: 76787, 73758, 79191 e 79192) – 60 dias;
 - 8.2.2. Lote I – 120 dias;
 - 8.2.3. Lote II – 30 dias;
 - 8.2.4. Lote III – 90 dias;
 - 8.2.5. Lote IV – 30 dias;
 - 8.2.6. Lote V – 30 dias;
 - 8.2.7. Lote VI – 30 dias;
- 8.3. A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná, CEP: 85.806-470, no Setor de Laboratório de Análises Clínicas de segunda a sexta das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas e, aos sábados, das 08:00 às 12:00 horas.
- 8.4. O prazo de validade, na data da entrega não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 8.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 8.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.8. Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
- 8.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



8.10. A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

8.11. Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.1.8. A empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

9.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 104 da Lei Estadual no 15.608, de 2007.

9.1.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da UNIOESTE, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata, inclusive possibilitando a UNIOESTE efetuar vistoria em suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do fornecimento do produto;

9.1.12. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.13. Comunicar imediatamente a UNIOESTE qualquer alteração ocorrida no contrato social da empresa, conta bancária, e outras informações julgadas necessárias para plena execução do objeto da ATA;



9.1.14. Capacitação:

9.1.14.1. Não há previsão para este processo.

9.1.15. Garantia do produto/serviço:

9.1.15.1. Não há previsão para este processo.

9.1.16. Comodato:

9.1.16.1. Não há previsão para este processo.

9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a resolução 99/2023 - cou (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6. Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

9.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo contratado, no que couber;

9.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao ministério público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.1. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

10.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

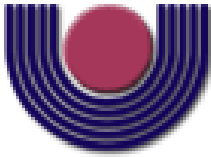
10.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.5. A análise de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista será efetuada concomitantemente com a análise técnica da proposta e documentação técnica.

10.6. As exigências da habilitação técnica, tanto para a qualificação do licitante quanto para a qualificação dos itens, bem como os certificados de capacidade técnica, se aplicáveis, estão devidamente descritos

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



abaixo:

10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.7.1. As documentações abaixo deverão ser apresentadas juntamente com a proposta da empresa após a etapa de lances para possibilitar a qualificação técnica do proponente e dos itens conforme constante abaixo:

10.7.1.1. Para qualificação do proponente:

10.7.1.1.1. Certificado de Licença Sanitária da proponente, emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer e ou regular, quando a atividade assim o exigir;
10.7.1.1.1.1. Estando a Licença Sanitária vencida, será aceita a apresentação do protocolo de renovação/revalidação, desde que demonstrado que o pedido foi protocolado tempestivamente perante a autoridade sanitária competente e que o processo se encontra em tramitação;

10.7.1.1.2. Autorização regular de Funcionamento (AFE) da proponente emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, perfeitamente legíveis e destacadas, quando a atividade assim o exigir.

10.7.1.2. Para qualificação dos itens:

10.7.1.2.1. Apresentação de catálogos, bulas ou documentos técnicos afins para possibilitar avaliação técnica do item pertencente ao Objeto a ser adquirido.

10.7.1.2.2. Certificado de registro do produto, em original e/ou publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou por qualquer processo de cópia autenticada, identificando o número do item correspondente;

10.7.1.2.2.1. Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro.

10.7.2. Quanto aos critérios da habilitação técnica, será considerado aprovado o produto/serviço que atender aos seguintes critérios técnicos:

10.7.2.1. Conformidade da:

10.7.2.1.1. Proposta com as especificações do edital;

10.7.2.1.2. Catálogo ou bula do produto proposto com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros), se exigido no item 1.1.1;

10.7.2.1.3. Documentação técnica apresentada com a solicitada;

10.7.2.1.4. Dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 10.7.1.1. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

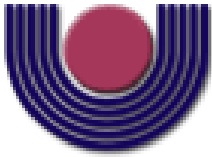
10.7.2.2. Ausência de alerta de restrição na ANVISA ou mesmo na Tecnovigilância (vigilância de produtos) do HUOP, no caso de produtos para saúde;

10.7.3. Para aprovação da amostra

10.7.3.1. Não será solicitado fornecimento de amostra.

10.8. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.8.1. Não há requisitos para contratação definidos para este processo.



11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.2. O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

11.3. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.6. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.6.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado.

12.1.1. Conforme dotação abaixo discriminada:

12.1.1.1. Gestão/Unidade: Funsáude 4760;

12.1.1.2. Fonte de Recursos: 500;

12.1.1.3. Programa de Trabalho: 8170;

12.1.1.4. Elemento de Despesa: 3390.30.35.

12. VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos e poderá ser prorrogado conforme previsto na Lei 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

13. DO REAJUSTAMENTO

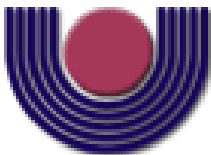
13.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

13.1.1. O índice adotado para correção considerará sete casas decimais após a vírgula;

13.1.2. Os valores monetários obtidos após a aplicação do índice serão arredondados de acordo com a norma ABNT 5891:1977, sendo considerados duas casas após a vírgula.

13.1.3. Para arredondamento será utilizada a fórmula ARRED() do Excel com duas casas decimais.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



13.1.4. A realização do cálculo será por meio da calculadora do cidadão, disponível no link: [https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores.do](https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores)

13.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA;

13.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

13.3. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado. A data do orçamento estimado é: 14/05/2026.

13.4. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

13.6. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.7. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução considerando a baixa complexidade da contratação.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

16.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

16.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

16.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 17.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

17. DA EQUIPE TÉCNICA

17.1. A equipe técnica poderá diligenciar e ou solicitar documentação complementar que comprove a regularidade do proponente e do fabricante/detentor do registro.

17.2. A equipe técnica poderá solicitar o envio do Catálogo Original sempre que julgar necessário.

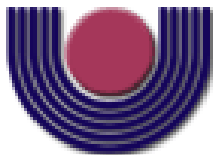
17.3. Qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos contatar Leonardo Luan Perico, bioquímico, pelo telefone (45)3321-5353 das 8h às 12h e das 13h às 17h.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Robson Luís Schuinka, CPF 017.011.229-28, e-mail labhuop@gmail.com e telefone do setor (45)3321-5353.

18.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Vilma Menon, CPF 945.392.279-04, e-mail huop.laboratorio.almoxt@unioeste.br e telefone do setor (45)3321-5424.

18.3. O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

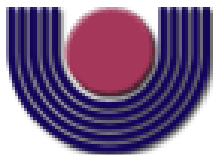
20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

20.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Cascavel, 19 de junho de 2026.

Leonardo Luan Perico
Farmacêutico Bioquímico
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Apêndice I - Fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s)

Fontes pesquisadas e a metodologia adotada:

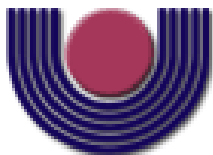
Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS	(x)
Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas	()
Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços	(x)
Preços de Tabelas oficiais	()
Preços constantes de banco de preços e <i>homepages</i>	(x)
Painel de Preços Ministério da Saúde – BPS	(x)
Painel de Preços Comprasgov	()
Relatório de Preços Comprasgov	(x)
Último preço pago pelo HUOP	(x)
Nota Paraná	()

Resultado da Pesquisa de Preços

Média dos fornecedores consideráveis (x)
Mediana ()
Menor Preço ()

Observações:

- 1) A pesquisa de preços foi realizada pelo Setor de Compras por Carla Francielle Kurz.
- 2) A análise técnica das propostas foi realizada pelo Laboratório de Análises Clínicas, levando em consideração o descritivo dos itens, sendo que foram descartados os itens que não atendem ao descritivo, conforme despacho em anexo (fls. 508, mov. 122).
- 3) A análise dos preços para a composição da média foi realizada pelo Setor de Compras, considerando o valor da Média (Consideráveis), conforme Mapa de Preços (fls. 509 a 525, mov. 123).
- 4) O detalhamento de cada item segue em anexo.
- 5) Informamos que o presente processo foi inserido no Sistema GMS, conforme Check List em anexo (fls. 562, mov. 132).
- 6) A sequência gerada no tasy pela cotação de preços para lançamento da licitação está registrada sob o número 4175.



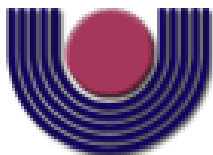
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Apêndice III - Mapa de Risco

Risco	Causa	Dano/Consequência	Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Classif. (ref. Matriz)	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência (se o risco se concretizar)	Responsável
1. Preço médio de referência abaixo do valor esperado	a) Pesquisa de preços de serviço ou produto semelhante, mas que não se enquadre nas especificações do objeto a ser licitado. b) Fornecedores que apresentem produtos ou serviços de qualidade inferior, resultando em preços muito abaixo do esperado quando da realização da pesquisa de preços em portais eletrônicos de compras governamentais c) Os preços podem variar significativamente em diferentes regiões do país, devido a diferenças nos custos de	a) Problemas relacionados à qualidade podem levar à geração de custos adicionais como manutenção recorrente, perda de materiais, danificação precoce, entre outros. b) O preço médio abaixo do esperado pode limitar a participação de empresas no processo licitatório, o que acarretará em não apresentação de propostas ou propostas com valores que não atendam aos requisitos do edital, resultando em pregões desertos e/ou frustrados.	2	4		a) Correta identificação do produto ou serviço a ser licitado. É importante ter clareza quanto a especificação do produto ou serviço para que a pesquisa de preços seja direcionada corretamente. b) Identificação de empresas e fornecedores que atuem na área do produto ou serviço a ser licitado e contato com esses fornecedores solicitando informações sobre o preço do produto ou serviço. É importante que as informações solicitadas sejam as mesmas para todos os fornecedores	Setor de compras e setor de administração geral e técnica do Laboratório.	a) Em caso de recebimento de produto ou serviço com qualidade inferior ao solicitado deverá o responsável entrar em contato com o fornecedor para informá-lo sobre o problema e solicitar uma solução. Todas as interações com o fornecedor deverão ser documentadas, incluindo as datas, as pessoas envolvidas e as soluções propostas. b) Verificar as condições do contrato de licitação avaliando se o fornecedor cumpriu com todas as especificações técnicas e requisitos de qualidade. Caso o fornecedor tenha desrespeitado o contrato há uma base legal para exigir a entrega do	Setor de compras e setor de administração geral e técnica do Laboratório HUOP.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

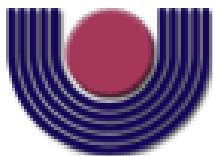


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	transporte, impostos locais, entre outros fatores, essas variações podem ocorrer mesmo quando os produtos ou serviços são semelhantes. d) Os preços de mercado podem flutuar ao longo do tempo, e as informações obtidas em uma pesquisa em portais eletrônicos de compras governamentais podem estar desatualizadas ou não refletir as condições atuais do mercado.					contatados, para garantir a comparabilidade das informações. c) Verificação em outras fontes de informações além dos portais eletrônicos de compras governamentais, como pesquisas de mercado e consulta a licitações que já foram realizadas. d) Análise dos dados obtidos e da variação de preços entre os fornecedores, levando em consideração que o preço mais baixo nem sempre é o mais adequado e definir o preço de referência coerente com o valor de mercado e com as especificações definidas no edital.		produto correto ou mesmo solicitar o cancelamento do mesmo. c) Caso o pregão fique deserto ou frustrado e que seja comprovado que o fato foi devido ao baixo valor de preço de referência, deverá ser realizada a revisão dos valores obtidos na pesquisa de preços e se necessário realizar nova pesquisa levando em consideração as questões de flutuação de preços de mercado, a idoneidade dos fornecedores para os quais foram considerados os valores pesquisados, a variação de preços de acordo com a região, a correta especificação do produto ou serviço solicitado, entre outros fatores. Após estabelecido novo valor de preço	
--	---	--	--	--	--	---	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

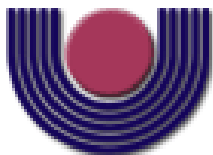


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



								medida de referência a licitação deverá ser novamente divulgada ao público.	
2. Falta de fornecedores qualificados	a) O preço médio de referência pode estar abaixo do valor de mercado, o que faz com que empresas que se adequem aos padrões de qualidade não manifestem interesse pelo processo licitatório, visto que não haverá perspectiva de lucro. b) Os requisitos de qualificação para participação, exigidos no edital, podem ser muito rigorosos, o que dificulta a participação de fornecedores, visto que as empresas, mesmo as qualificadas, podem não atender a todos	No caso de um fornecedor não qualificado ser contratado poderá haver consequências como: a) Falhas na qualidade do produto ou serviço. Um fornecedor não qualificado pode não ter as habilidades e recursos necessários para produzir, ou até mesmo distribuir um produto ou prestar um serviço de alta qualidade. Isso pode levar a atrasos, erros e retrabalhos, o que leva consequentemente ao aumento nos custos. No caso de ausência de propostas ou propostas frustradas por falta de fornecedores que se	2	5		O edital deverá ser elaborado de forma que se adequem às necessidades do setor, de maneira clara e objetiva. Deve conter os requisitos mínimos de qualidade necessários para que fornecedores idôneos e devidamente qualificados consigam participar do processo, sem prejuízo às pequenas e médias empresas.	Setor de administração geral e técnica do Laboratório.	No caso de recebimento de produto errado, incompleto, danificado ou de má qualidade por parte do fornecedor contratado, o setor responsável pela fiscalização do contrato deverá entrar em contato com a empresa solicitando uma solução adequada, com o estabelecimento de prazos para resolução. O fornecedor será notificado de acordo com protocolo específico da instituição. Se porventura o problema não for sanado ao final dos prazos, a empresa poderá ser desclassificada. Haverá a opção de convocação do próximo concorrente	Setor de compras e setor de administração geral e técnica do Laboratório HUOP.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

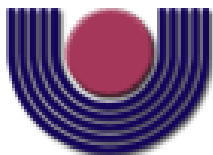


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	os critérios estabelecidos. c) Quantidade solicitada inferior ao que seria viável economicamente para o fornecedor, ocasionando em maiores gastos com entrega, transporte e manutenções relacionadas ao objeto licitado.	adequem aos requisitos do edital, haverá o atraso na aquisição dos produtos e serviços, já que será necessário refazer o processo, o que implica diretamente no funcionamento do setor, visto que os materiais solicitados são imprescindíveis para a continuidade da rotina laboratorial.						classificado, e em alguns casos, será necessária a abertura de novo processo de licitação. Na ocorrência de licitação deserta ou frustrada será realizada a revisão do edital, verificando a possibilidade de flexibilização dos critérios estabelecidos, se forem entendidos como muito rigorosos, proporcionando assim uma maior abrangência para a participação de fornecedores qualificados. Se o preço médio de referência estiver abaixo do valor de mercado, fato que impede a ampla concorrência, ou que resulte na contratação de empresa que se prove não qualificada posteriormente e
--	---	--	--	--	--	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

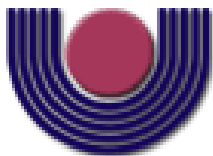


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



								que seja desclassificada, a pesquisa de preços deverá ser revisada e se necessário o edital deverá ser divulgado novamente em prazo estabelecido pela instituição.	
3. Dubiedade quanto ao conteúdo do edital	A falta de clareza e objetividade na elaboração do edital pode resultar no surgimento de dúvidas por parte dos possíveis concorrentes.	As incertezas quanto ao conteúdo do edital de licitação podem levar a questionamentos por parte dos interessados, feitos por meio de recursos administrativos, ocasionando atraso na conclusão do processo. Além disso, os recursos podem ser fundamentados em argumentos relevantes e consistentes, o que pode resultar em impugnação do edital. Havendo então a necessidade de revisão do mesmo para correção de eventuais irregularidades ou informações	2	4		É necessário redigir o edital de forma clara e concisa, de modo que haja perfeito entendimento por parte dos fornecedores interessados, evitando assim transtornos quanto a questionamentos desnecessários e prolongamento do tempo do processo.	Setor de administração geral e técnica do Laboratório, responsável pela elaboração do conteúdo do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência relacionado.	Caso ocorram indagações e consequentemente abertura de recursos administrativos relacionados ao conteúdo do edital, o setor responsável deverá responder o mais rapidamente possível, explicando possíveis ambiguidades, com base na legislação pertinente. E se necessário deverá fazer as devidas correções para que o edital de tome o mais claro possível. Se a contestação for acatada por parte da administração pública e resultar na impugnação do edital, o mesmo será retificado ou	Setor de administração geral e técnica do Laboratório HUOP, e se pertinente, o setor de licitações do hospital.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



		ambiguas, o que mais uma vez leva à extensão do tempo até a finalização do processo.						anulado, sendo aberto um novo prazo para apresentação de propostas. Esse novo processo deverá ser realizado o mais rapidamente possível, a fim de evitar prejuízos devido ao atraso na aquisição do produto ou serviço licitado.	
4. Conflito de interesses entre a administração pública e as empresas concorrentes	a) Pode haver interesse pessoal, quando um membro da comissão de licitação ou algum outro agente envolvido no processo tem interesse pessoal em uma das empresas concorrentes, seja por meio de vínculos familiares ou outros laços pessoais. b) Pode ocorrer conflito de interesse financeiro quando um agente envolvido no	a) Conflitos de interesse podem levar a decisões injustas que favorecem uma empresa em detrimento de outras concorrentes, violando assim os princípios da imparcialidade e da equidade na licitação. b) Conflitos de interesse também podem levar a comportamentos antiéticos, como subornos e corrupção, na tentativa de influenciar a decisão da administração pública a favor de	2	5		a) Todo o processo deve ser transparente, ou seja, todas as etapas da licitação devem ser claras e públicas, para que todos os participantes tenham acesso às mesmas informações. Além disso, o objeto da licitação deve ser definido com clareza, para evitar interpretações dúbias que possam favorecer alguns participantes em detrimento de outros.	Todos os servidores que integrem a comissão de licitação	a) Se houver comprovação de que o conflito de interesse tenha prejudicado a isonomia do processo licitatório, a administração deve optar pela anulação da licitação, reiniciando todo o processo. b) A Administração deve instaurar um processo administrativo para apurar as responsabilidades dos servidores públicos envolvidos e da empresa contratada. Se comprovada a irregularidade, os	Todos os servidores que integrem a comissão de licitação e os responsáveis legais pela instituição.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

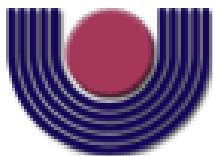


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



<p>processo seja ligado financeiramente à alguma das empresas concorrentes, seja por meio de ações ou de outras formas de investimento.</p> <p>c) Existência de interesse político quando uma empresa tem vínculos políticos com membros do governo ou da comissão de licitação, o que pode levar a decisões que não sejam objetivas.</p> <p>d) Há riscos quanto a falsificação de documentos, manipulação de informações ou qualquer outra forma de fraude que possa favorecer uma empresa concorrente.</p> <p>e) Pode haver ainda conflito de</p>	<p>uma empresa concorrente.</p> <p>c) Se a empresa concorrente não ofereceu o melhor produto ou serviço, a administração pública pode acabar desperdiçando recursos públicos para adquirir uma solução de melhor qualidade.</p> <p>d) Se houver suspeita de que a licitação foi influenciada por conflitos de interesse, isso pode levar a uma perda de confiança do público na administração pública, prejudicando sua reputação e credibilidade.</p> <p>e) Se a administração pública for considerada culpada de violar as regras de licitação devido a conflitos de interesse, isso pode levar a</p>				<p>b) O processo deve ser conduzido de forma imparcial, sem favorecer nenhum dos participantes. O julgamento deve ser baseado em critérios objetivos e claros para que todos os participantes possam ser avaliados da mesma forma.</p> <p>c) Todos os participantes devem ter as mesmas oportunidades de participar e competir. Nenhum participante pode receber tratamento preferencial ou desigual. E ainda, o edital deve ser publicado de forma ampla e clara, para que todos os interessados tenham acesso às informações.</p>	<p>envolvidos podem ser responsabilizados administrativamente, civil e criminalmente, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>c) A Administração deve comunicar aos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, sobre a ocorrência do conflito de interesse e as medidas adotadas para sanar o problema.</p>	
---	---	--	--	--	---	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

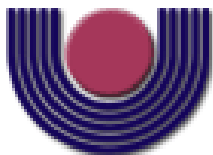


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	interesse institucional, quando uma empresa que concorre na licitação possui vínculos com a entidade pública responsável pela contratação, como contratos anteriores ou relações comerciais em andamento.	consequências legais, incluindo multas, penalidades e até mesmo processos criminais. f) A licitação pode ser anulada se houver comprovação de conflito de interesse que tenha afetado a lisura do processo. Nesse caso, a Comissão de Licitação deve reiniciar todo o procedimento, gerando atrasos na aquisição do objeto licitado. g) Os servidores públicos envolvidos na licitação podem ser responsabilizados administrativamente, civilmente e criminalmente, caso sejam identificadas condutas irregulares. Podem ser aplicadas sanções, como multa, suspensão e até mesmo demissão do cargo.				d) Todas as etapas da licitação devem estar em conformidade com a legislação e as normas que regem o processo de licitação. e) A Administração deve adotar medidas corretivas para evitar a ocorrência de conflitos de interesse em licitações. Isso pode incluir a revisão dos procedimentos de seleção de empresas, a capacitação dos servidores públicos envolvidos e a adoção de mecanismos de controle interno mais efetivos.			
--	---	--	--	--	--	---	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

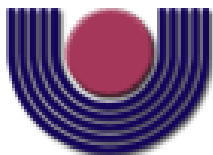


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



5. Atraso na entrega dos produtos	<p>As causas podem estar relacionadas à empresa fornecedora, sendo as principais:</p> <p>a) Problemas com a cadeia de suprimentos: O fornecedor pode estar enfrentando problemas com a cadeia de suprimentos, como atrasos no recebimento de materiais ou matérias-primas necessárias para fabricação dos produtos.</p> <p>b) Problemas de fabricação: O fornecedor pode estar enfrentando problemas na linha de produção, como defeitos de fabricação ou problemas com a qualidade do produto.</p> <p>c) Problemas de logística: O</p>	<p>a) Atraso nos resultados dos testes: Se os produtos necessários para a realização dos testes não chegarem a tempo, o laboratório pode atrasar a realização dos exames e, consequentemente, a liberação do resultado, o que, a depender do exame, pode interferir significativamente no prognóstico do paciente.</p> <p>b) Necessidade de enviar amostras para laboratórios terceirizados resultando no dispêndio de tempo e, muitas vezes, de recursos humanos, para elaboração de logística adequada.</p> <p>c) A falta de insumos relacionados à qualidade pode levar a falhas nos controles internos, prejudicando dessa forma todo o processo de análise,</p>	3	3		<p>a) Atenção na hora da elaboração de solicitação de abastecimento para o setor indicado, para que não haja falhas na quantidade solicitada e nos produtos necessários.</p> <p>b) Sempre solicitar para a empresa fornecedora uma quantidade que supra as necessidades pelo período definido, seja mensal ou semanal, além de uma quantia a mais como reserva em caso de incidentes em que seja necessário um consumo maior de produto.</p> <p>c) Estabelecer por meio de contrato o tempo máximo para entrega do material solicitado, para</p>	Área técnica e setor administrativo do Laboratório	<p>a) Caso haja atraso na entrega dos materiais por causas que fogem ao controle do Laboratório, ou seja, que estejam estritamente relacionadas ao fornecedor, os responsáveis deverão entrar em contato com a empresa para verificação do motivo do atraso e para definir prazo máximo para a entrega. Em caso de não cumprimento do que foi estabelecido pelas duas partes, o Laboratório poderá notificar a empresa com base em protocolo específico.</p> <p>b) Em caso de não recebimento de produtos que impactam diretamente na liberação de exames, sendo que a não realização em tempo hábil prejudique de forma</p>	Área técnica e setor administrativo do Laboratório
-----------------------------------	---	--	---	---	--	--	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

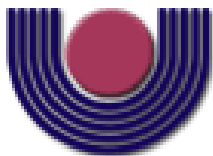


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



fornecedor pode estar enfrentando problemas com a logística de entrega, como a falta de veículos de transporte adequados ou atrasos nos serviços de entrega.	podendo resultar em liberação de laudos incorretos.				que não haja divergências quanto ao abastecimento no futuro.		grave o diagnóstico, tratamento ou prognóstico do paciente, será necessário enviar as amostras para laboratório externo, devidamente certificado, às custas da empresa fornecedora. Para isso, deve constar no edital cláusula clara e objetiva que estabeleça esse plano de contingência, sendo dever do fornecedor arcar com os custos relacionados.	
d) Aumento na demanda: O fornecedor pode estar enfrentando um aumento repentino na demanda por seus produtos, o que pode levar a atrasos na produção e entrega.	c) Em casos extremos, o atraso no recebimento de produtos pode levar a riscos à saúde pública, especialmente se o laboratório não conseguir realizar os testes necessários em tempo hábil para identificar e prevenir doenças contagiosas.				d) Deixar claro para a empresa fornecedora a importância da entrega do produto no prazo estabelecido, levando em conta o impacto na saúde pública.		c) Em caso de atraso na entrega, sendo de responsabilidade do setor responsável pela solicitação de abastecimento, o Laboratório deverá entrar em contato com a empresa solicitando a entrega do produto faltante o mais rapidamente possível, para que não haja prejuízo inerente. Em caso de indisponibilidade	
e) Problemas financeiros: O fornecedor pode estar enfrentando problemas financeiros, como dificuldades em obter crédito ou em pagar suas contas, o que pode afetar sua capacidade de entregar produtos a tempo.								

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	<p>f) Condições climáticas adversas podem impedir o fornecedor de entregar produtos dentro do prazo.</p> <p>g) O fornecedor pode estar enfrentando problemas burocráticos, como atrasos na obtenção de licenças ou autorizações necessárias para produzir ou entregar seus produtos.</p> <p>Com relação ao setor responsável pela gestão do contrato, as causas podem ser:</p> <p>a) Atrasos na realização dos pedidos de fornecimento de materiais para o fornecedor, seja por meio de e-mail, ligação ou da forma que ficar</p>						<p>do material solicitado posteriormente o Laboratório deverá enviar os exames essenciais e urgentes para laboratório externo, às custas da instituição.</p>	
--	---	--	--	--	--	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

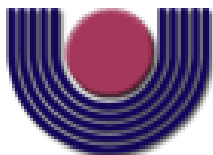


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	acordado em contrato. b) Solicitação de produto errado ou falta de solicitação de determinado produto quando da realização do pedido de abastecimento.								
6. Não conformidade dos materiais recebidos	a) A empresa contratada pode não ter a experiência, os recursos ou a capacidade técnica necessários para produzir ou fornecer produtos de qualidade. b) Se a contratante não supervisionar o trabalho do fornecedor, por meio da gestão do contrato, este pode cortar gastos e fornecer produtos de baixa qualidade para economizar tempo e dinheiro.	a) Resultados imprecisos: Se o material não conforme ou de má qualidade for usado em análises, os resultados obtidos podem não ser precisos ou confiáveis, o que pode afetar o tratamento dos pacientes. b) Erros de diagnóstico: Se os resultados das análises forem imprecisos, pode ocorrer um erro de diagnóstico, o que pode levar a um tratamento inadequado ou tardio, afetando	2	5		a) As especificações quanto a qualidade dos produtos que deverão ser fornecidos devem ser muito claras, para que não haja dúvida por parte das empresas fornecedoras. b) O edital deverá ser elaborado de maneira que permita a participação de empresas com requisitos mínimos de qualidade, evitando problemas com fornecedores mal intencionados.	Área técnica e setor administrativo do Laboratório	a) Se o produto recebido apresentar não conformidades, no ato do recebimento o material deve permanecer em local separado e identificado para evitar sua distribuição para o setor onde seria utilizado. b) Se a não conformidade só for percebida no momento do uso, a utilização do produto deverá ser interrompida imediatamente para evitar imprecisões nos resultados obtidos.	Área técnica e setor administrativo do Laboratório

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

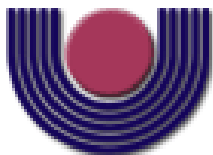


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	<p>c) Se as especificações do produto não estiverem claramente especificadas ao fornecedor, por meio de edital, ele pode produzir ou entregar um produto que não atenda às necessidades da contratante.</p> <p>d) Mesmo com o fornecedor adequado, os produtos podem sofrer problemas de qualidade durante a fabricação, embalagem, transporte ou mesmo no armazenamento.</p>	<p>negativamente a saúde do paciente.</p> <p>c) Atrasos na entrega de resultados: Se os materiais recebidos estiverem não conformes e resultarem em análises imprecisas, pode ser necessário repetir as análises, o que pode atrasar a entrega dos resultados.</p> <p>d) Custos adicionais: Se as análises precisarem ser repetidas devido a materiais de má qualidade, isso pode resultar em custos adicionais para a instituição.</p>				<p>c) O responsável pela gestão e fiscalização do contrato deverão estar atentos às especificações dos produtos recebidos, verificando se os mesmos atendem aos parâmetros exigidos no edital.</p> <p>d) A equipe ou o responsável por avaliar as propostas deverá exigir a apresentação de bulas ou descritivo técnico dos produtos oferecidos pelas empresas concorrentes, a fim de comprovar a qualidade do produto que será recebido.</p>		<p>c) O laboratório deverá entrar em contato com o fornecedor solicitando a substituição imediata do produto recebido.</p> <p>d) Se a empresa não puder fornecer o produto adequado medidas legais devem ser tomadas, com base no edital e cláusulas do contrato, para que a mesma seja responsabilizada e se assim for estabelecido, desclassificada do processo de licitação, sendo necessário convocar a segunda colocada ou abrir um novo edital.</p>	
7. Não cumprimento das cláusulas do	a) A empresa contratada pode não ter a	a) Pode ser necessário rescindir o contrato caso a	2	5		E importante ter um contrato claro e bem redigido	Área técnica e setor administrativo	a) Caso a empresa fornecedora não cumpra com as	

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol

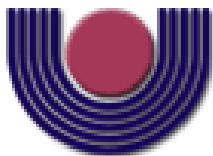


Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



contrato parte empresa contratada	por da	capacidade ou os recursos necessários para cumprir as obrigações do contrato, como mão de obra, materiais, equipamentos ou conhecimento técnico. b) Pode haver mal-entendidos ou diferenças na interpretação das cláusulas do contrato entre a empresa contratada e a contratante, o que pode levar a um descumprimento involuntário. c) A empresa contratada pode enfrentar problemas internos, como conflitos de pessoal ou problemas de gestão, que podem afetar sua capacidade de cumprir as obrigações do contrato.	empresa contratada não cumpra alguma cláusula importante. Isso pode resultar em perda de tempo e recursos já investidos pela contratante no projeto ou serviço. b) O não cumprimento de uma ou mais cláusulas do contrato pode levar a prejuízos específicos dependendo do processo afetado. A consequência pode estar relacionada à qualidade do produto, ao tempo de entrega, à recusa da empresa em arcar com os custos em caso de necessidade de envio de amostras para laboratório externo, entre outras.				que inclua cláusulas que possam ajudar a prevenir ou remediar o descumprimento contratual, como prazos e penalidades por atrasos ou resultados insatisfatórios. Além disso, deve- se estabelecer uma boa comunicação entre as partes envolvidas para garantir que qualquer problema que surja seja abordado o mais rapidamente possível.	do Laboratório	cláusulas do contrato a contratante deverá exigir a desclassificação da mesma e rescisão do contrato, partindo para a próxima colocada ou refazendo o processo de licitação. b) Devem ser tomadas medidas cabíveis junto ao setor jurídico da instituição, com base legal fundamentada na lei de legislações e de contratos públicos a fim de sanar as possíveis complicações oriundas do não cumprimento contratual.	
--	-----------	--	--	--	--	--	---	-------------------	---	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



	d) Em casos limitados as circunstâncias podem mudar durante a execução do contrato, como uma mudança na lei, na economia ou na disponibilidade de recursos, o que pode tornar impossível ou impraticável para a empresa contratada cumprir as cláusulas do contrato.								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Apêndice IV - Matriz de Risco

I M P A C T O	Muito Alto 5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto 4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Médio 3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo 2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Muito baixo 1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		1	2	3	4	5
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
		PROBABILIDADE				



Anexo II - DOS DOCUMENTOS

- 1.1.** O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo previsto no item 5.27.2 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:
- 1.2.** A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 2.1.** Comprovante de constituição da empresa:
- 2.1.1.** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;
- 2.1.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- 2.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 2.1.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;
- 2.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 2.2.** Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 3.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.3.** Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 3.4.** Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- 3.5.** Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);
- 3.6.** Fazenda Municipal;
- 3.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 4.1.** O fornecedor deverá encaminhar:
- 4.1.1.** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 4.1.2.** não se aplica



5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- 5.1.** Certificado de Licença Sanitária da proponente, emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer e ou regular, quando a atividade assim o exigir;
- 5.2.** Estando a Licença Sanitária vencida, será aceita a apresentação do protocolo de renovação/revalidação, desde que demonstrado que o pedido foi protocolado tempestivamente perante a autoridade sanitária competente e que o processo se encontra em tramitação;
- 5.3.** Autorização regular de Funcionamento (AFE) da proponente emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, perfeitamente legíveis e destacadas, quando a atividade assim o exigir

6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:

- 6.1.** Apresentação de catálogos, bulas ou documentos técnicos afins para possibilitar avaliação técnica do item pertencente ao Objeto a ser adquirido.
- 6.2.** Certificado de registro do produto, em original e/ou publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou por qualquer processo de cópia autenticada, identificando o número do item correspondente;
- 6.3.** Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

- 7.1.** Não há requisitos para contratação definidos para este processo.

8. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP

- 8.1.** Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**Anexo V - DECLARAÇÃO**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, **do ano calendário anterior**, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).
- 8.2.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.2.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.
- 8.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º



14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.4. Na hipótese do item 8.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.5. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

8.6. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).



Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0826/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: **Contratação de painéis, kits de extração e demais insumos para o Laboratório de Diagnóstico Molecular – LADIMOL**, para atender a demanda Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Descrição do item que demonstre que o produto ofertado atende ao descritivo solicitado no termo de referência, informar marca/modelo/referência, registro do produto (se exigido no descritivo).						

Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias.

Local, 19 de junho de 2026.

Representante Legal

Orientações para preenchimento da proposta:

Quando o produto for isento de registro, pode ser informado que o mesmo é isento.

A proposta deverá ser elaborada observando-se o quantitativo de cotação de quantidade (vedada a cotação parcial ou inferior à exigida em cada um dos itens que compõem o Anexo I). Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas nos itens do Anexo I, sob pena de desclassificação.

O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 19 de junho de 2026.

OUTORGANTE

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



Anexo V - DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Declaração obrigatória)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - referentes a participações societárias;
 - informações inseridas em contratos sociais;
 - endereços físicos e eletrônicos;
 - estado civil;
 - eventuais informações sobre cônjuges;
 - relações de parentesco;
 - número de telefone;
 - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa;
- dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 19 de junho de 2026.

Representante Legal



Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 0826/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° / – HUOP

- GMS

CONTRATANTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 78.680.337/0007-70, situada na Av. Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas e Diretor Geral do HUOP, Sr. Rafael Muniz de Oliveira, nomeado pelas Portarias n.º 0029/2024-GRE e 0028/2024-GRE, de 03/01/2024, inscrito(a) no CPF sob o n.º 315.xxx.xxx-80.

CONTRATADO: , pessoa jurídica de direito privado, sita à , inscrita no CNPJ sob n.º , representada neste ato por .

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo processo da n.º (protocolo n.º) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

14. OBJETO

<<descrição>> e conforme Anexo I e descrito no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

[O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];

A Proposta do CONTRATADO;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

15. FUNDAMENTO

2.1 Este contrato decorre do , objeto do processo administrativo n.º , com autorização publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º xxxx, de xxx de 2026 e conforme ato de homologação nas fls. xxx deste protocolo.

16. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

O Contrato será executado sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário;

O fornecimento se dará com entregas parceladas, conforme demanda, durante toda a vigência do contrato.

17. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de xxx e poderá ser prorrogado conforme previsto na Lei 14.133/2021, desde que comprovada a sua vantajosidade.

18. FONTE DE RECURSOS



As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

19. VALOR CONTRATUAL

O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

O valor total do contrato é de R\$ (xxxxx);

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

20. DO REAJUSTE

A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

O índice adotado para correção considerará 7 (sete) casas decimais após a vírgula;

Os valores monetários obtidos após a aplicação do índice serão arredondados de acordo com a norma ABNT 5891:1977, sendo considerados duas casas após a vírgula.

Para arredondamento será utilizada a fórmula ARRED() do Excel com duas casas decimais.

A realização do cálculo será por meio da calculadora do cidadão, disponível no link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA;

Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado. A data do orçamento estimado é xx/xx/2026.

O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

21. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação do serviço executado, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme Portaria n.º xxx/2024:



A responsabilidade pela gestão deste contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à , e-mail: labhuop@gmail.com, fone: (45) 3321-5353.

A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à <<fiscal>>, e-mail: huop.laboratorio.almox@unioeste.br, fone: (45) 3321-5424.

22. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O fornecimento será com entregas parceladas conforme demanda do contratante, o qual deverá emitir ordem de compra para solicitação de entrega dos materiais.

O prazo máximo de entrega dos bens será conforme descrito abaixo:

Lote I – 120 dias;

Lote II – 30 dias;

Lote III – 90 dias;

Lote IV – 30 dias;

Lote V – 120 dias;

Lote VI – 30 dias;

Lote VII – 60 dias;

Lote VIII – 30 dias;

Lote IX – 120 dias;

Lote X – 120 dias;

A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná, CEP: 85.806-470, no Setor de Laboratório de Análises Clínicas de segunda a sexta das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas e, aos sábados, das 08:00 às 12:00 horas.

O prazo de validade, na data da entrega não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s),

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

23. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

São obrigações do Contratado:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

A empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso IX do art. 348 da Lei Estadual 10.086/2022.

Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da UNIOESTE, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata, inclusive possibilitando a UNIOESTE efetuar vistoria em suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do fornecimento do produto;

Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

Comunicar imediatamente a UNIOESTE qualquer alteração ocorrida no contrato social da empresa, conta bancária, e outras informações julgadas necessárias para plena execução do objeto da ATA;

Obrigações da contratante:

Receber o serviço nos prazos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>);

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol



estabelecidos neste edital e seus anexos;

Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização

Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

24. FORMA DE PAGAMENTO

As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

Conforme o Decreto Estadual nº 4.505/2016, contrato 003/2016 do Estado do Paraná e resolução SEFA nº 1212 de 2016, ao qual regulamenta os pagamentos e repasses a credores e Fornecedores do Estado do Paraná, os Pagamentos e Repasses aos Credores e Fornecedores, bem como transferências bancárias diversas do Estado, serão realizadas exclusivamente no por intermédio do Banco do Brasil S/A.



25. SUSTENTABILIDADE

O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

26. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

27. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual nos termos do art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

28. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.



A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

30. CASOS DE EXTINÇÃO

O presente instrumento poderá ser extinto:

por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

31. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:



sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

32. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATANTE, na condição de controlador, e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se ao tratamento de dados pessoais relacionados ao presente Contrato, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

33. DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

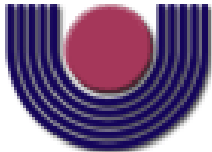
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Cascavel - Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cascavel, .

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Contratante

Rafael Muniz de Oliveira
Diretor Geral do HUOP

Testemunhas:



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Edital_PE_0826_2026_mat-ladimol




ANEXO I – Descrição do Itens, Quantidades e valores

Item	Código	Descrição	Qtde	Un. Med	Vlr Máx Unit	Vlr Total
Total						



Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

 unioeste UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Tancredo Neves 85806470 Cascavel PR CNPJ 78.680.337/0007-70 I.E. Isento Fone 33215151 Fax E-mail huop.oc@unioeste.br	Ordem de Compra/Serviço LICITAÇÃO Data Modalidade Solicitante Mot. Cancel C.R.					
ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO NÚMERO:							
Formecedor	Cidade	CEP	UF				
Endereço	CNPJ/CPF	I.E.					
Fone / Fax							
Contato							
E-mail							
Cód. credor							
Item	Código Material	Descrição	Marca	Qtde	UM	Vi. Unit.	Vi. Total
1							
							Total
							Total Geral
Prazo Entrega	Tipo Frete		Cif - Frete por conta do Fornecedor				
Local Entrega	Valores em Real						
Condição de Pgto 30 Dias	Hr Entrega						
Observação: Enviar Nota Fiscal Eletrônica para os e-mail's: huop. @unioeste.br, A entrada para o local de entrega destes materiais está localizada na Rua OBSERVAÇÃO: Não aceitamos o Boleto Bancário, somente pagamento por Transferência Bancária.							
INFORMAÇÕES PARA O FORNECEDOR							
» Emitir Nota Fiscal fatura para: Razão Social:				CNPJ:		Endereço: RUA	
» Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Endereço: Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro: Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cidade: Cascavel-PR.							
» Deve constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o número desta Ordem de Compra, local de entrega e código do credor. A isenção do ICMS nas vendas internas está prevista no Decreto Estadual 7.871/2017.							
» A % obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1A. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou na inexecução total ou parcial desta Ordem de Compra, será aplicada multa por dias de atraso conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 15.608/2007. Para efetivação do pagamento a empresa deverá estar com o CRF - Certificado de Regularidade Fiscal válido conforme Decreto Estadual 9762/2013, de 19/12/2013.							
INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIOESTE							
Informação contábil							
Conta contábil	Rubrica					Valor	
Printed on:		Page 1		OC:		CSUP00114	

Documento: **Editai PE_0826_2026_matladimol.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rodrigo Allan Barcella (XXX.022.799-XX)** em 19/06/2026 17:46 Local: UNIOESTE/H02.

Inserido ao protocolo **25.296.004-0** por: **Eva Maria de Lima** em: 19/06/2026 15:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: